

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA

LETÍCIA PEREIRA ANSBACH

O TRABALHO DOS PROFESSORES E DOS EDUCADORES SOCIAIS COM
CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

PONTA GROSSA
2022

LETICIA PEREIRA ANSBACH

O TRABALHO DOS PROFESSORES E DOS EDUCADORES SOCIAIS COM
CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciado
em Pedagogia, Universidade Estadual
de Ponta Grossa.

Orientador Prof Dr Érico Ribas
Machado.

PONTA GROSSA
2022

Dedico a todos os profissionais da educação básica e aos(as) educadores(as)
sociais.

AGRADECIMENTOS

À minha família por todo apoio durante o processo.

Ao Prof. Dr. Érico Ribas Machado, por toda ajuda e acompanhamento e suas sugestões na orientação deste Trabalho de Conclusão de Curso.

À Prof^a. Dr^a. Priscila Larocca, por ter me apresentado ao projeto UEPG na Guarda Mirim e por ter me apresentado à área de Pedagogia Social e Educação social.

Aos(as) educadores(as) sociais das instituições sociais.

Aos(as) professores(as) das escolas municipais.

Epígrafe

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.

(Paulo Freire)

RESUMO

Este trabalho possui como problema como os (as) Educadores/Educadoras Sociais e os (as) professores (as) municipais do Ensino Fundamental I da rede municipal de Ponta Grossa trabalham com seus educandos em situação de vulnerabilidade social?, possui como objetivo geral analisar como os (as) professores (as) do ensino fundamental I da rede municipal de Ponta Grossa e os (as) educadores (as) sociais das instituições sociais de acolhimento institucional de Ponta Grossa atuam com seus educandos em situação de vulnerabilidade social. Ele está dividido em quatro capítulos, onde no primeiro capítulo abordamos os diversos papéis dos Educadores/Educadoras Sociais e os trabalhos dos Educadores/Educadoras Sociais, assim como os papéis dos (as) professores (as). No segundo capítulo tratamos especificamente sobre vulnerabilidade social. No terceiro capítulo temos a relação dos trabalhos do (a) Educador/Educadora Social e do (a) professor (a) com as crianças vulneráveis. No quarto capítulo colocamos a parte metodológica que é uma análise das escolas que atendem crianças vulneráveis e das instituições sociais de acordo com o IDEB de cada escola.

Palavras chave: Vulnerabilidade social, professor (a), Educador (a) Social.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ECA-** Estatuto da Criança e do Adolescente.
HIV/aids- Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.
IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira.
MNS- Ministério Nacional da Saúde.
PBF- Programa do Bolsa Família.
SAEB- Sistema de Avaliação da Educação Básica.
SENARC- Secretaria Nacional de Renda de Cidadania.
SME- Secretaria Municipal de Educação.
SUS- Sistema Único de Saúde
UEPG- Universidade Estadual de Ponta Grossa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1- OS TRABALHOS DO (A) EDUCADOR/EDUCADORA SOCIAL E DO (A) PROFESSOR (A).....	15
1.1 OS DIFERENTES PAPÉIS DO (A) EDUCADOR/EDUCADORA SOCIAL NA INSTITUIÇÃO SOCIAL E NA SOCIEDADE E SOCIALO TRABALHO DO (A) EDUCADOR (A) SOCIAL: ALGUMAS APROXIMAÇÕES À HISTÓRIA DA PEDAGOGIA SOCIAL/EDUCAÇÃO; QUEM É O (A) EDUCADOR/ EDUCADORA SOCIAL.....	16
1.2 OS DIFERENTES PAPÉIS DO (A) PROFESSOR (A) NA ESCOLA E NA SOCIEDADE E O TRABALHO DO (A) PROFESSOR (A): EDUCAÇÃO BANCÁRIA E EDUCAÇÃO LIBERTADORA.....	24
CAPÍTULO 2- VULNERABILIDADE SOCIAL.....	33
2.1 VULNERABILIDADE SOCIAL E SEUS SUJEITOS ALGUMAS APROXIMAÇÕES À VULNERABILIDADE SOCIAL E A FAMÍLIA E A CRIANÇA VULNERÁVEL.....	34
2.2 POSSIBILIDADES DOS SUJEITOS VULNERÁVES SAÍREM DA SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM QUE SE ENCONTRAM....	42
2.2.1 A ESCOLA COMO UMA DAS POSSIBILIDADES DOS SUJEITOS VULNERÁVEIS SAÍREM DA SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.....	43
2.2.2 A INSTITUIÇÃO SOCIAL COMO UMA DAS POSSIBILIDADES DOS SUJEITOS VULNERÁVEIS SAÍREM DA SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.....	46
CAPÍTULO 3- AS RELAÇÕES DO TRABALHO DOS PROFESSORES E EDUCADORES SOCIAIS COM AS CRIANÇAS VULNERÁVEIS.....	51
3.1 A RELAÇÃO DO TRABALHO DO EDUCADOR/EDUCADORA SOCIAL COM CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.....	52
3.2 A RELAÇÃO DO TRABALHO DO (A) PROFESSOR (A) COM CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.....	57

3.3 DIFERENÇAS DO TRABALHO DO (A) PROFESSOR (A) COM O TRABALHO DO (A) EDUCADOR/EDUCADORA SOCIAL.....	60
--	----

**CAPÍTULO 4- ESCOLAS E INSTITUIÇÕES SOCIAIS QUE ATENDEM
CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.....64**

4.1 RELAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS QUE ATENDEM CRIANÇAS VULNERÁVEIS DE ACORDO COM O IDEB.....	65
--	----

4.2 OBSERVAÇÃO E ANÁLISE DE UMA PRÁTICA BANCÁRIA EM UMA ESCOLA QUE ATENDEM SUJEITOS VULNERÁVEIS.....	72
---	----

4.3 OBSERVAÇÃO E ANÁLISE DE UMA PRÁTICA LIBERTADORA EM UMA ESCOLA QUE ATENDEM SUJEITOS VULNERÁVEIS.....	74
--	----

2.4 OBSERVAÇÃO E ANÁLISE DE UMA INSTITUIÇÃO SOCIAL QUE ATENDE SUJEITOS VULNERÁVEIS.....	76
--	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
----------------------------------	-----------

REFERÊNCIAS

1 INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade social está presente em todas as sociedades, é vista como uma das características das pessoas que vivem em situações socioeconômicas precárias. Essas pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social, podemos nos referir a elas como sujeitos vulneráveis. Esses sujeitos vulneráveis são, como nos coloca Freire (2019) os marginalizados, os oprimidos pelos opressores da sociedade.

Partindo de que a vulnerabilidade social é existente na nossa sociedade, e que esses sujeitos vulneráveis se encontram nas escolas e nas instituições de acolhimento a esses sujeitos vulneráveis, o presente trabalho possui como tema geral a Educação Escolar e Educação Social, onde pretendemos analisar como ocorre a educação escolar e a educação social para os sujeitos vulneráveis.

O tema específico O trabalho dos professores e dos educadores sociais com crianças em situação de vulnerabilidade. Escolhemos esse tema específico devido as observações feitas durante a minha formação no Curso de Formação de Docentes nos estágios das escolas municipais de Ponta Grossa no Ensino Fundamental I e nos estágios no projeto UEPG na Guarda Mirim antes do período pandêmico, onde realizamos projetos e atividades nas duas turmas de adolescentes de treze a quinze anos e de crianças de oito a doze anos.

Durante os estágios nas escolas municipais me deparei com muita desigualdade social nas salas de aulas. Algumas crianças viviam em extrema vulnerabilidade social e só frequentavam a escola para a alimentação, enquanto outras crianças tinham uma situação econômica um pouco melhor que as em situação de vulnerabilidade social.

Diante dessas observações das crianças no estágio, percebi o tratamento dos (as) professores (as) com essas crianças vulneráveis, essas crianças não eram vistas na sala de aula, para o (a) professor (a) não importava se a criança estava com algum problema em casa, se ela estava com fome, se ela não aprendesse os conteúdos, se ela não se visse como um agente transformador da sociedade.

O (a) professor (a) estava ali somente para passar os conteúdos e não para auxiliar, ajudar o seu educando a se sentir pertencente a uma sociedade. Como nos estágios do Curso de Formação de Docentes que eu realizei não

foram somente em uma escola, mas sim em várias escolas municipais, deparei-me com diferentes tipos de professores, alguns professores viam o seu aluno como um sujeito de sua própria aprendizagem, ensinando muito além dos conteúdos, prezavam na humanização (FREIRE, 2019) de cada aluno.

Durante os projetos e nos estágios no projeto UEPG na Guarda Mirim, desenvolvidos pelos professores Érico Ribas Machado, Priscila Larocca conheci uma nova pedagogia, um novo tipo de educação, que antes não era do meu conhecimento, a Pedagogia Social e Educação Social onde temos o (a) Educador/Educadora Social ao invés do (a) professor (a).

Descobri o papel do (a) Educador/Educadora Social com crianças em situação de vulnerabilidade social. Durante as observações eles faziam projetos sociais junto com essa criança, ajudando essa criança a se sentir pertencente a uma sociedade, auxiliando a criança em seu meio familiar e social, lembrando a criança que ela é um sujeito da sociedade e que ela pode transformar a sua realidade assim que se sentir sujeito dela.

A partir dessas observações nas escolas municipais e na instituição de acolhimento para os sujeitos vulneráveis, surgiu o nosso problema central de pesquisa que era como os (as) Educadores/Educadoras Sociais e os (as) professores (as) municipais do Ensino Fundamental I da rede municipal de Ponta Grossa trabalham com seus educandos em situação de vulnerabilidade social?

O objetivo geral do trabalho era analisar como os (as) professores (as) do Ensino Fundamental I da rede municipal de Ponta Grossa e os (as) educadores (as) sociais das instituições sociais de acolhimento institucional de Ponta Grossa atuam com seus educandos em situação de vulnerabilidade social.

Os objetivos específicos: Conhecer a vulnerabilidade social e seus sujeitos; Conceituar e diferenciar o papel do (a) professor (a) com o papel do (a) Educador/Educadora Social; Relacionar o trabalho do (a) professor (a) e do Educador/Educadora social com as crianças vulneráveis.

Para desenvolvermos e cumprirmos esses objetivos gerais e específicos do trabalho utilizamos como aporte teórico desse trabalho o educador e professor Paulo Reglus Neves Freire, mais conhecido como Paulo Freire. Ele foi o patrono da educação brasileira, nascido em Recife viveu nos anos de 1921 à 1997, ele escreveu várias obras referentes à educação entre elas: Pedagogia do Oprimido, Pedagogia da Esperança, Educadores de Rua: uma abordagem

crítica, alternativas de atendimento aos meninos de rua, Política e Educação que serão as obras utilizadas durante o andamento do trabalho.

Nós escolhemos utilizar Paulo Freire por ser considerado o patrono da educação brasileira, por ser um educador humanista, revolucionário que não enxerga o aluno somente como aluno e o professor como só um professor e sim o aluno passa a ser um sujeito da sua aprendizagem passa a ser um educando que aprende com o (a) educador/educadora e com outros educandos, em conjunto o professor passa a ser um educador que educa seus alunos e que também é educado.

Freire em seus livros nos traz a compreensão de quem é o educador escolar, quem são os educandos e qual a importância do trabalho desse educador humanista, crítico para a transformação da realidade do educador e do educando. Freire também será utilizado para abordarmos a Pedagogia e Educação Social por ser um referencial teórico dessa Educação, Pedagogia Social no Brasil.

Em conjunto, intercalando com Paulo Freire utilizaremos também como aporte teórico o professor, educador Miguel Arroyo que estudou as obras de Paulo Freire e foi um amigo de Freire.

Arroyo será utilizado como aporte teórico, juntamente com Paulo Freire, devido ao tratamento do professor em seu livro *Ofício de Mestre: imagens e autoimagens* (2019) onde o (a) professor (a) é visto como um mestre, é valorizado como o (a) professor (a) lembrando-nos a importância do professor para a sociedade e para os educandos.

Para abordarmos o (a) Educador (a) Social utilizamos a professora Doutora Jacyara Silva de Paiva, “Educadores de rua: uma abordagem crítica, alternativas de atendimento aos meninos de rua (1998) de Paulo Freire, “As contribuições de Paulo Freire para a Educação Social” de Patrícia Flávia Mota, artigos e teses do Doutor Érico Ribas Machado, Milena da Silva Gorette e Marli de Fátima Rodrigues, Dinora Tereza Zucchetti, Maria da Glória Gohn, Gládis Goetê Azambuja, Tábata Saionara Cecílio, entre outros.

Como forma de organização de todos os aspectos do trabalho, o trabalho é dividido em 4 capítulos, cada capítulo abordando aspectos referente ao tema do trabalho O trabalho dos professores e dos educadores sociais com crianças em situação de vulnerabilidade.

No primeiro capítulo: Os trabalhos do (a) educador/educadora social e do (a) professor (a), está dividido em 2 tópicos onde abordamos o papel dos (as) professores (as) na escola e do (a) Educador/Educadora Social na instituição social de acolhimento e na sociedade utilizando os livros Pedagogia do oprimido, Política e Educação, de Paulo Freire, Ofício de Mestre, Educadores de Rua: uma abordagem crítica, alternativas de atendimento aos meninos de rua, alguns artigos relacionados à pedagogia social como “O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua-MNMMR. Como Origem dos (as) Educadores Sociais Brasileiros(as)” do professor Doutor Érico Ribas Machado, entre outros autores.

Nesse capítulo abordamos os diferentes papéis e trabalhos do Educador/Social na Instituição social de acolhimento e na sociedade onde trazemos um pouco da história da Pedagogia Social e da Educação Social juntamente com o trabalho do (a) Educador (a) Social na instituição social de acolhimento e na sociedade. Abordamos também os diferentes papéis do (a) professor (a) bancário e do (a) professor (a) humanizador e os trabalhos do (a) professor (a) bancário e o professor (a) humanizador.

Os objetivos desse capítulo são conhecer brevemente a história da Pedagogia Social/Educação Social, compreender quais são os trabalhos dos Educadores/Educadoras Sociais e dos professores (as) nas instituições sociais e nas escolas.

No segundo capítulo sobre Vulnerabilidade Social abordamos o que é vulnerabilidade social e os sujeitos vulneráveis utilizando os livros Pedagogia do Oprimido e Educadores de Rua: uma abordagem crítica, alternativas de atendimento aos meninos de rua, abordaremos também as possibilidades dos sujeitos vulneráveis saírem da situação de vulnerabilidade social onde temos o papel da escola e das instituições sociais de acolhimento para esses sujeitos vulneráveis saírem da situação de vulnerabilidade social em que se encontram. Utilizaremos como autores principais Arroyo (2019) e Schimidit (1989) entre outros.

Os objetivos desse capítulo são conhecer brevemente a história da vulnerabilidade social no Brasil, caracterizar os sujeitos vulneráveis e como são vistos na sociedade, identificar as possibilidades dos sujeitos vulneráveis saírem da situação de vulnerabilidade social em que se encontram.

No terceiro capítulo As relações do trabalho dos professores e Educadores/Educadoras Sociais com as crianças vulneráveis abordamos o trabalho do (a) Educador/Educadora Social e do (a) professor (a) relacionando com as crianças vulneráveis que estão na escola utilizando Paulo Freire (2019) e Arroyo (2019). Nesse capítulo temos o trabalho do (a) professor (a) e do Educador/Educadora Social com as crianças vulneráveis assim como as diferenças de trabalho dos (as) professores (as) e dos (as) Educadores/Educadoras Sociais com as crianças vulneráveis.

No quarto capítulo temos a metodologia que é Escolas e instituições sociais que atendem crianças em situação de vulnerabilidade social onde utilizamos o campo de pesquisa do trabalho dos (as) professores (as) na escola e dos Educadores/Educadoras Sociais que trabalham com crianças vulneráveis. Dividimos esse capítulo em três partes. Na primeira parte Relações das escolas municipais que atendem crianças vulneráveis de acordo com o IDEB fizemos um levantamento das escolas municipais de Ponta Grossa que atendem o Ensino Fundamental I onde analisamos o Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira-IDEB de cada escola.

Fizemos uma análise de cada uma das escolas municipais e identificamos os sujeitos vulneráveis que frequentam essas escolas. O método de pesquisa foi a pesquisa qualitativa com a copilação de dados em gotejamento relacionando, mapeando, analisando as escolas e instituição sociais que atendem sujeitos vulneráveis. A partir dessa identificação das escolas de acordo com o seu IDEB, a segunda parte é Observação e análise de uma prática bancária em uma escola que atendem sujeitos vulneráveis onde realizamos, antes do período pandêmico, uma observação e análise de uma educação bancária.

Na terceira parte Observação e análise de uma prática libertadora em uma escola que atendem sujeitos vulneráveis fizemos uma observação e analisa de uma pratica de uma educação libertadora. Essas observações foram realizadas em duas turmas do 3º ano do Ensino Fundamento e no 4º ano do Ensino Fundamental, antes do período pandêmico.

CAPÍTULO 1- OS DIVERSOS TRABALHOS DO (A) PROFESSOR (A) E DO (A) EDUCADOR/EDUCADORA SOCIAL

Começamos o presente capítulo abordando quais são os diferentes trabalhos do (a) professor (a) e do (a) Educador (a) Social para os sujeitos vulneráveis. Os (as) professores (as) e os (as) Educadores/Educadora Sociais estão diretamente envolvidos com os sujeitos vulneráveis, os sujeitos vulneráveis estão nas escolas e os (as) professores (as) e os (as) Educadores (as) Sociais possuem papéis diferentes com esses sujeitos, para transforma-los para uma determinada sociedade. Este capítulo possui como objetivos conhecer brevemente a história da Pedagogia Social/Educação Social a fim de entendermos quais são os papéis dos (as) Educadores (as) Sociais para a sociedade e nas instituições sociais de acolhimento institucional, compreender quais são os trabalhos dos Educadores/Educadoras Sociais e dos professores (as) nas instituições sociais e nas escolas.

Utilizamos como base teórica para abordarmos a história da Pedagogia Social/Educação Social e os trabalhos do (a) Educador/Educadora Social os autores professora Doutora Jacyara Silva de Paiva (2015), professor Doutor Érico Ribas Machado (2010). Esse capítulo está dividido em dois tópicos, o primeiro sobre o papel do (a) Educador/Educadora Social na instituição social de acolhimento institucional e na sociedade e tratamos sobre o trabalho do (a) Educador/Educadora Social: quem é o Educador/ Educadora Social e seus trabalhos, e no segundo tópico sobre os diferentes papéis dos (as) professores (as) na escola e na sociedade: educação bancária/educação libertadora.

Para abordarmos os papéis do (a) professor (a) bancário e libertador e o trabalho da educação bancária e libertadora utilizaremos Paulo Freire (2019) e Miguel Arroyo (2019).

1.1 O papel do (a) Educador/Educadora Social na instituição social de acolhimento institucional e na sociedade e o trabalho do (a) Educador/Educadora Social: quem é o (a) Educador/ Educadora Social e seus trabalhos

As crianças frequentam as escolas, mas não é somente nas escolas que a educação ocorre, a educação ocorre também em espaços não formais onde encontramos o (a) profissional Educador/Educadora Social. Para darmos início a compreensão de quem são esses educadores/educadoras sociais e quais são os seus papéis nas instituições sociais de acolhimento institucional para as crianças em situação de vulnerabilidade e na sociedade precisamos primeiramente compreender o que é Educação Social/ Pedagogia Social, onde que essa Educação Social ocorre. Começaremos com o termo Pedagogia Social que é de origem alemã e foi utilizado pela primeira vez em 1844 por Karl Mager (PAIVA, 2015, p. 68).

A história dessa pedagogia se remete aos séculos XIX e XX, quando surgiu na Alemanha, com o objetivo de resolver os problemas educacionais dos imigrantes naquele país e depois as questões deixadas pela I e II Guerras Mundiais; pois naquela época “procurava-se na educação uma solução para os problemas humanos e sociais (fortes movimentos migratórios, proletarização do campesinato, desemprego, pobreza, exclusão econômica e cultural, abandono de menores, delinquência, entre outros) que se produziram a partir da nova realidade então criada, sendo denominada pedagogia social”. (NETO & OLIVEIRA in DÍAZ, 2006 apud PEREIRA, 2011, p. 50).

O referencial mais conhecido no Brasil por estudar a Pedagogia Social/ Educação Social foi Paulo Freire que se dedicou a analisar e compreender uma educação fora das instituições escolares, onde ocorre a educação não formal, a educação popular.

A Pedagogia Social dialoga com os “fundamentos freireanos”, pois traz, no bojo de suas concepções, a noção de que “a Educação se faz ao longo de toda vida, em todos os espaços e que todos somos potenciais educadores” (FLÁVIA in SILVA, 2016, p. 189).

A Educação Social surge no Brasil como uma nova Pedagogia, uma Pedagogia voltada para o social, para a sociedade. A Pedagogia Social tem aqui no Brasil uma abordagem freiriana que possui características emancipatórias e libertadoras. A Pedagogia Social aqui no Brasil ocorre nos espaços que são denominamos de espaços não formais que é onde ocorre a Educação não Formal. Encontramos que “[...] a “educação não-formal” é a negação da “educação formal” (CONTERAS, 1983, p 25).

A educação não formal é aquela que ocorre fora das instituições escolares, é a educação que ocorre na sociedade, as pessoas aprendem na sociedade, na realidade que elas vivem, um aprende com o outro, pois é na interação entre os sujeitos que a educação desenvolve-se. Segundo Gohn

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. Em suma, consideramos a educação não-formal como um dos núcleos básicos de uma Pedagogia Social. (GOHN, 2006).

Junto com a educação não formal temos a Pedagogia Social “Pedagogia Social nada mais é do que uma das ciências da educação que tem por objeto a educação social de indivíduos”. (ZUCCHETTI in TRILLA, 2010, p 109) que surgiu como uma forma de controle, uma solução para os problemas sociais existentes onde a Pedagogia Social é vista como uma forma de diminuir ou manter as desigualdades e os problemas sociais existentes. A Pedagogia Social ainda é vista como uma forma de controle dos sujeitos, se essa Pedagogia ainda é vista e praticada como uma forma de controle dos sujeitos, ela passa ser uma Pedagogia opressora que irá oprimir ainda mais os oprimidos pela sociedade e agravar a condição em que esse oprimido se encontra e esse não deve ser o verdadeiro papel da Pedagogia/Educação Social.

O seu verdadeiro papel vem sendo analisado, estudado, discutido em vários países, como no Brasil. Encontramos na Lei Geral de Educação do Brasil os termos Educação Popular/Educação não Formal/Educação Comunitária para citarmos a Educação Social/Pedagogia Social. Érico Ribas Machado nos faz refletir que existem diferentes tipos de práticas e locais que ocorrem a Educação Social/Pedagogia Social

As diferentes práticas de Educação Social podem ser encontradas em vários espaços: diferentes ONGs[...] Instituições Abrigos; [...] Presídios[...] Hospitais[...] Educação de Jovens e Adultos[...] Movimentos Sociais[...] Igrejas[...] Projetos Sociais[...]; Programas[...]; Escolas. (RIBAS MACHADO, 2010, p.44).

Como a Educação Social é muito difusa, pois ocorre em vários locais diferentes, o seu papel acaba sendo confundido dependendo dos sujeitos das instituições que essa educação ocorre. “[...] uma nova visão para a Educação Social, que rompe com uma concepção associada à educação especializada, emergida no pós-guerra, cujo objetivo era ajudar as populações no enfrentamento às mazelas sociais, aproximando-se demasiadamente da prática do Serviço Social.” (ZUCCHETTI, 2010, p 109). Com a Pedagogia Social temos a Educação Social que é a ação, é a práxis da Pedagogia Social, práxis é a relação da teoria com a prática, uma não se separa da outra, a prática não existe sem teoria assim como a teoria não existe sem a prática, é assim que acontece com a Pedagogia Social/Educação Social, uma não acontece sem a outra, não existe sem a outra.

Não podemos estudar separado a Pedagogia Social da Educação Social, uma está sempre interligada com a outra. Sem a Pedagogia Social a Educação Social não existiria, e sem a Educação Social que é a prática não precisava ter a Pedagogia Social que é a teoria, uma sempre vai depender da outra. Silva (2009, p.54) nos aponta que, a Pedagogia Social nos coincide mais para a educação humana voltada para os sujeitos que se encontram em condições sociais desfavoráveis. O papel da Pedagogia Social, que é onde ocorre a Educação Social, é de extrema importância para a socialização dos sujeitos, para eles se reintegrarem na sociedade de forma a transformar a sua realidade. Segundo Serrano (2003)

Aquela ação sistemática e fundamentada, de suporte, mediação e transferência que favorece especificamente o desenvolvimento da sociabilidade do sujeito ao longo de toda sua vida, circunstâncias e contextos, promovendo sua autonomia, integração e participação crítica, construtiva é transformadora no marco sociocultural que lhe rodeia, contando em primeiro lugar com os próprios recursos pessoais, tanto do educador quanto do sujeito e, em segundo lugar, mobilizando todos os recursos socioculturais necessários do entorno ou criando, finalmente, novas alternativas. (p.136-7).

Essa ação é a Educação Social que junto com a Pedagogia Social e com os sujeitos que fazem com que essa Educação Social ocorra, busca a transformação da realidade dos sujeitos envolvidos, a humanização desses sujeitos. A Educação Social não é somente prezar para que o sujeito se reconheça como um ser social, mas sim que esse sujeito possa transformar o seu meio social a medida que se sinta pertencente a seu meio social. Freire nos

escreve que a humanização, a mudança da realidade do educando, não é um processo isolado, é um processo contínuo. O educador não consegue mudar a realidade do seu educando sozinho sem o sujeito da própria realidade, é em conjunto entre educandos e educadores que a realidade pode ser alterada.

Segundo o INEP, 2006, p 64, a Educação Social é a proposta de qualificar as pessoas nas suas comunidades, culturas e sociedades, para serem capazes, conscientemente de decidirem seu conhecimento, sua vida, seu trabalho, sua ação política e seu espaço social. O papel da Pedagogia Social/Educação Social é relevante para a sociedade à medida que os sujeitos que fazem parte do processo da Educação Social reconheçam-se como oprimidos ou opressores, descubram em conjunto com a sociedade a importância de ser reconhecido como sujeito e que a partir da sua humanização ele pode humanizar os demais que estão ao seu redor e assim transformar a sua realidade e as do que o cercam.

A Pedagogia Social é um ato político, é a política posta em prática, a política social, é a sociedade e os sujeitos que pertencem a essa sociedade que são os únicos que podem transformá-la. “A ideia básica da Pedagogia Social é promover o funcionamento social da pessoa: a inclusão, a participação, a identidade e a competência social como membros da sociedade” (FICHTNER 2010)

A Pedagogia Social caracteriza-se, pois, como um projeto radical de transformação política e social uma vez que: propõe inicialmente criar uma teoria renovada de relação homem, sociedade e cultura, como uma ação pedagógica que pretende fundar, a partir do exercício em todos os níveis de modalidades da prática social uma educação libertadora (GRACIANI, 2009, p. 211)

Compreendemos que a Pedagogia Social/Educação Social é um ato político que busca com os sujeitos envolvidos a transformação de sua realidade, as instituições de acolhimento para os sujeitos vulneráveis, no nosso caso que atendem as crianças em situação de vulnerabilidade social, são essenciais para a humanização desses sujeitos. A instituição de acolhimento institucional, acolhe esses sujeitos vulneráveis devido as condições de risco, condições socioeconômicas que essas crianças vulneráveis estão envolvidas.

Nessas instituições esses sujeitos vulneráveis são vistos e ouvidos, são os sujeitos e a partir do trabalho dos (as) Educadores (as) Sociais esse sujeito vulnerável se reconhece como um sujeito e a partir do trabalho dos Educadores

(as) Sociais esse sujeito cria possibilidades para alterar a sua realidade e assim sair da situação vulnerável em que se encontra. No próximo item abordaremos quem são esses Educadores/Educadoras Sociais e quais são os seus trabalhos.

Na área da Pedagogia Social/ Educação Social temos um profissional que atua nos locais onde ocorre a Educação Social/Pedagogia Social, esses profissionais são os educadores/educadoras sociais. Quando falamos em educadores/educadoras sociais estamos nos referindo aquele sujeito que atua as margens da sociedade, que atua com os oprimidos, com os vulneráveis, é aquele que trabalha com o povo, o (a) educador/educadora social não pode se afastar do social, pois sua área de trabalho é com a sociedade, é com todos. Jaciara da Silva de Paiva nos coloca que

O Educador Social é hoje um educador das margens que também de alguma forma está à margem e nela caminha precariamente, sem formação oficial, são brasileiros que se propõem a caminhar com os oprimidos, inserir-se em seu cotidiano, mas não possuem sequer uma titulação que os constitua como Educadores Sociais. (PAIVA, 2015, p. 83)

Os (as) educadores/educadoras sociais atuam em diversos lugares, como as ruas, instituições de acolhimento institucional, abrigos, ongs, entre outros, devido a esses diversos locais onde encontramos o (a) educador/educadora social o seu trabalho é bem diversificado, mas o (a) educador/educadora social trabalha com o social, junto com os sujeitos de forma a transformar a realidade desses sujeitos, ajudar o sujeito a se reconhecer como um sujeito que é capaz de transformar a sua realidade e dos que a cercam.

Segundo Érico Ribas Machado (2017, p 24) “Educadores ou Educadoras Sociais trabalhadores que atuam com processos educativos que possibilitem o desenvolvimento de conscientizações dos sujeitos e possam gerar possíveis transformações sociais.” O trabalho do (a) educador/educadora social é nos espaços onde ocorre a educação não formal e o (a) educador/educadora social está sempre vinculado com a sociedade, com o social, ele é o mediador entre o educando e a sociedade, à medida que vê os sujeitos como sujeitos transformadores de sua realidade. Quando colocamos que o (a) educador/educadora Social é um mediador, estamos nos referindo a ele/ela como um auxiliar, que irá ajudar, dar meios aos seus educandos de transformar a sua realidade.

Compreender o Educador ou Educadora Social como um mediador de transformações sociais, que atua em diversos âmbitos educativos, permite ampliar quase que infinitamente as possibilidades de sua existência, o que torna também complexas suas análises, mas é algo possível de ser organizado e sistematizado ((RIBAS MACHADO, 2017, p 24).

O (a) educador/educadora social é um mediador que trabalha junto com os oprimidos com os marginalizados, com os vulneráveis da sociedade. É ele/ela que faz a relação entre os indivíduos, a sua realidade e a sociedade que esses indivíduos estão inseridos. Petrus nos coloca que é obrigação da Educação Social propor uma ação intercultural a partir do respeito à cultura de origem de cada indivíduo. Os (as) educadores/ educadoras sociais trabalham com diversos tipos de sujeitos, respeitando a individualidade de cada sujeito.

Cada educando que está em conjunto com o (a) educador/educadora Social é um ser único, possui suas individualidades, suas particularidades e cabe ao educador/educadora social trabalhar de diversas formas com essas individualidades, particularidades desses educandos. O (a) educador/educadora social é o profissional que trabalha com a Educação Social que é a prática da Pedagogia Social.

O (a) educador/educadora social sempre trabalha em conjunto com outros educadores sociais e com os seus educandos, parte do seu trabalho, do seu ofício que ele auxilia para que os seus educandos se reconheçam como sujeitos, como seres oprimidos, marginalizados pela sociedade e a partir do trabalho do educador/educadora social o educando pode transformar a sua realidade e dos que o cercam.

O (a) educador/educadora social desenvolve várias funções em conjunto com os seus educandos, ele/ela desenvolve várias ações com os seus sujeitos, abordando aspectos políticos, sociais de forma crítica, de forma que em conjunto com os educandos ele/ela possa ajuda-los a intervirem na sociedade, desenvolvendo a autoestima, o autoconhecimento e a sua consciência crítica. Existem diversas práticas do educador/educadora social, o seu trabalho depende dos objetivos, das regras de cada área de trabalho em que o (a) educador/educadora social se encontra onde ele/ela colocará em prática a Educação Social.

Essa Educação Social tem como características de acordo com CABAÑAS, 1988

- 1- Formar a pessoa como um ser social;
- 2- Formar a pessoa desde uma determinada ideologia de educação política e nacionalista;
- 3- Formar a pessoa desde uma ótica de assistência social.

A Educação Social, como já citamos é a prática da Pedagogia Social e cabe ao educador/educadora social colocar ou não em prática a Educação Social para os seus sujeitos. Depende do (a) educador/educadora social a transformação da sociedade, da realidade dos seus educandos, esse trabalho, essa transformação da sociedade e da realidade, depende de todos os sujeitos envolvidos nesse processo de transformação da realidade.

É a partir dos sujeitos que a Educação Social ocorre e esse trabalho do (a) educador/educadora social com os sujeitos da sociedade envolve primeiramente que o seu sujeito se reconheça como um sujeito, como um oprimido, marginalizado, que esse sujeito tenha consciência da condição em que encontra-se e partindo dele quais as mudanças que o sujeito é capaz de desenvolver para transformar a sua realidade e dos que o cercam.

Cabe a cada educador/educadora social saber e desenvolver o seu verdadeiro papel perante esses educandos.

[...] Educador - Educadora Social brasileira (o) como um protagonista capaz de propiciar que muitos sujeitos possam reescrever os roteiros de suas vidas, tendo como fator fundamental e principal os processos educativos que possibilitem condições de conscientização que, conseqüentemente, resultarão em rompimentos com padrões opressivos, propiciando a emancipação dos envolvidos na atuação. (RIBAS MACHADO, 2017, P 23).

O (a) educador/educadora social é aquele profissional que abre caminhos para que os educandos possam transformarem-se e transformar aqueles que o cercam. O seu trabalho envolve a escuta, o diálogo, o reconhecimento do educando como o sujeito com quem está trabalhando. O educando se espelha no (a) educador/educadora social que está desenvolvendo um trabalho junto com ele, é um processo dialogado, onde um aprende com o outro é um processo de aprendizado entre educandos e educadores/educadoras sociais, é a partir do trabalho deles que transformamos a realidade, a sociedade, o (a) educador/educadora social não dará a resposta pronta para transformar a sociedade para o educando e sim problematizar, criticar a realidade que cerca os seus educandos dialogando com eles, compreendendo, abordando,

mostrando as possibilidades que existem na sociedade para que o educando possa transformar a sua realidade e dos que o cercam.

A preparação dos educadores sociais se baseia em suas experiências do seu ofício, não temos ainda nas Universidades aqui no Brasil um curso exclusivo para educadores sociais. Segundo Paulo Freire

[...] o Educador de Rua deve acrescentar a sua preparação acadêmica os conhecimentos de uma metodologia para abordar, compreender, respeitar e ajudar o menor de rua como sujeito participante e ativo e não como objeto do processo inovador que pode assegurar seu futuro como indivíduo integrante da sociedade a que pertence. (FREIRE, 1989, p. 9).

Na prática o (a) educador/educadora social aprende com outros educadores/educadoras sociais e com outros educandos sobre a prática da Pedagogia Social. O (a) educador/educadora social durante a sua prática procura modificar os sujeitos, os seus educandos num sentido maior onde este desenvolve projetos, atividades de forma a influenciar as relações familiares, sociais desses educandos, tanto no individual como no coletivo desses educandos.

O educador/educadora social deve ser aquele profissional que está apto a trabalhar em qualquer ambiente social, com qualquer sujeito, por isso que a sua formação é fundamental devido as demandas que o (a) educador/educadora social irá atuar com todos os sujeitos. O (a) educador/educadora social precisa ter, como nos coloca Paulo Freire consciência do seu trabalho, do seu papel perante os educandos e na sociedade. Compreendemos que a Educação Social/Pedagogia Social é também um ato político, precisamos ter consciência desses atos, de forma a transformar sociedade e a realidade de todos os envolvidos.

A conscientização é isto: tomar posse da realidade; por esta razão, e por causa da radicação utópica que a informa, é um afastamento da realidade. A conscientização produz a desmitologização. É evidente e impressionante, mas os opressores jamais poderão provocar a conscientização para a libertação: como desmitologizar, se eu oprimo? Ao contrário, porque sou opressor, tenho a tendência a mistificar a realidade que se dá à captação dos oprimidos, para os quais a captação é feita de maneira mística e não crítica. O trabalho humanizante não poderá ser outro senão o trabalho da desmitificação. Por isso mesmo a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a “desvela” para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante. (FREIRE, 2019, p.16 e 17).

O (a) educador/educadora social precisa conhecer a realidade dos seus educandos, seu trabalho deve partir do que os seus educandos conhecem. O trabalho do (a) educador/educadora social é o de juntamente com os seus educandos transformar a realidade de cada educando e dos que o cercam, de forma crítica, criticar a realidade e juntos educadores e educandos criar, buscar meios e possibilidades de como transformar a realidade de cada um de modo que esses sujeitos possam sair da condição em que encontram-se.

Os (as) educadores/educadoras sociais e os educandos precisam trabalhar de mãos dadas, juntos, um aprendendo com o outro para transformarem a realidade e a sociedade, para se tornarem “humanos”. Se o (a) educador/educadora social é aquele que ensina e o educando aquele que aprende não há a transformação do educando e da sociedade, pois assim um está oprimindo o outro, os (as) educadores/educadoras sociais e educandos precisam trabalhar em conjunto, mas o “ponto de partida”, a transformação começa com o (a) educador/educadora social e o seu trabalho em conjunto com o educando, como um mediador é fundamental nos seus locais de trabalho para a transformação social.

A educação ocorre também nos espaços escolares onde temos os (as) professores (as) que trabalham com os alunos e eles possuem papéis fundamentais para a escola e para a sociedade. No próximo item abordamos quais são os papéis dos (as) professores (as) na escola e na sociedade.

1.2 Os diferentes papéis do (a) professor (a) na escola e na sociedade e o trabalho do (a) professor (a): educação bancária e educação libertadora

A fim de compreendermos quais são os papéis e os trabalhos do (as) professores (as) precisamos primeiramente saber quem são os (as) professores (as). Segundo o dicionário da Silvana Bueno (2007, p 626) o (a) professor (a) é “Aquele que professa ou ensina uma ciência, uma arte; mestre; homem perito ou muito hábil”, os (as) professores (as) é o sujeito que educa os seus alunos, utilizando diferentes formas de ensinar diversos conteúdos de forma que o seu aluno aprenda e avance para as turmas superiores. As crianças estão na sala de aula com o profissional de educação da escola.

Com o avanço da legislação em relação à criança e o adolescente, com a obrigatoriedade da sua presença na escola, a educação escolar viu

surgir uma demanda que a escola não tinha preparo para receber, crianças empobrecidas entraram na escola e junto com elas suas histórias de abandono, maus tratos, violação constante de direitos, conflitos com a lei, situações diferenciadas, e o educador escolar não teve formação inicial e possui dificuldades de formação em serviço para lidar com elas, diante desse novo fato a discussão da Pedagogia social no Brasil vem corroborando o atendimento dessas demandas que surgem fora da escola e principalmente dentro dela. (SILVA DE PAIVA, 2011, p. 30).

Como Jaciara Silva de Paiva nos coloca, os profissionais de educação na escola, os (as) professores (as), muitas vezes não possuem um preparo para atender todas as demandas que os seus “alunos” trazem na sala de aula. A formação dos professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I realiza-se pelo Curso de Formação de Docentes ou pela Licenciatura em Pedagogia e nesses cursos, dependendo da instituição que se é formado, as dificuldades que os sujeitos vulneráveis apresentam na escola, é “mascarado”, “velado” na formação inicial, às vezes o profissional de educação só percebe a importância do seu trabalho e as dificuldades que ele encontrar somente na sua sala de aula, na sua práxis.

Segundo Miguel Arroyo (2019, p.18) “Educar incorpora as marcas de um ofício e de uma arte, aprendida no diálogo de gerações. O magistério incorpora perícia e saberes aprendidos pela espécie humana ao longo de sua formação”. Arroyo nos faz refletir que a formação do profissional de educação não ocorre somente no curso que ele está realizando, a sua formação é um processo contínuo e é na escola que essa formação desenvolve-se, onde a realidade é desmascarada e o profissional de educação se depara com diferentes culturas, diferentes histórias que estão em conjunto para a formação desse profissional e a formação de seus alunos, onde esses passam a ver a escola como um local de formação.

Ao estar na sala de aula os (as) professores (as), durante os seus trabalhos, se deparam com diferentes alunos, cada aluno com a sua história, com a sua realidade e esses alunos encontram nas escolas diversas concepções de educação, e de professores (as). A educação, a escola sempre se altera de acordo com a sociedade, com a economia que vivemos atualmente, a escola pode formar o aluno para o mercado de trabalho, ou para a sociedade, ou para transformar a realidade de cada aluno, algumas formas de formar os alunos para

determinadas sociedades ainda não foram superadas no, como nos coloca Arroyo (2019), “fazer educativo”

Há constantes no fazer educativo que não foram superadas, mas antes incorporadas, mantidas pela moderna concepção da prática educativa. E mais, o pensar e fazer educativos modernos têm como referência qualidades que vem de longe e perduram no trato da educação e socialização das novas gerações. (ARROYO, 2019, p.18)

Uma dessas concepções que temos observamos nas escolas é a de, como nos escreve Paulo Freire, a concepção de “Educação” “Bancária”, nessa concepção de educação os (as) professores (as) são vistos como o detentor do saber, e os alunos sem esse saber. Os (as) professores (as) sabem, os alunos não sabem, uma concepção, como nos escreve Paulo Freire, de “educação” “bancária”. Essa concepção de "educação" "bancária" ainda é vista em algumas escolas como uma forma “positiva” de educar os alunos, de forma que os (as) professores (as) trazem os conteúdos, os seus saberes e os alunos, onde aqui na educação bancária podemos chamar de aluno, são colocados como aqueles que não sabem, papeis em branco, os alunos não são vistos como sujeitos do seu ensino e aprendizagem, eles são seres passivos, “esperando” o conhecimento, são visto como um objeto, onde os (as) professores (as) são os que transmitem, depositam os seus saberes e os seus conhecimentos para os alunos.

A “educação” “bancária” desumaniza os sujeitos da aprendizagem, tornando os oprimidos, os marginalizados, ainda mais oprimidos e mais marginalizados, onde os (as) professores (as) são os opressores, dificultando o processo de ensino-aprendizagem e a formação do aluno para a sociedade. Para mudarmos essa concepção de “educação” “bancária” que está posta nas escolas, os (as) professores (as) precisam primeiro ter consciência de que eles são os opressores de seus alunos e os alunos são os oprimidos, e que esta dinâmica de oprimidos e opressores não é positiva para o processo de ensino-aprendizagem. Durante todo o processo de seu ofício, os (as) professores (as) buscam sua identidade profissional identificando os seus papeis na escola e na sociedade.

Quando os (as) professores (as) possuem consciência de que eles são educadores e possuem a consciência de oprimidos e opressores, e como a educação se transforma junto com a sociedade, onde podemos dizer que seria

uma conjuntura, que quando a sociedade se altera, a educação se altera junto com a sociedade, os (as) professores começam a ver os seus alunos como sujeitos de sua aprendizagem, onde os (as) professores (as) e alunos começam a passar por um processo de humanização onde a “educação” “bancária” não é mais vista como a “melhor forma” de educar, ensinar seus educandos.

O aluno passa a ser considerado um sujeito de sua aprendizagem e não mais um ser passivo e sim um ser ativo expondo suas ideias, sentimentos e ações, de forma que a aprendizagem se torne significativa para todos que fazem parte do processo de ensino e aprendizagem, onde os alunos sintam prazer de ir para a escola e a escola passe a ser um lugar interessante para todos os alunos e professores. Uma nova concepção de educação surge nesse contexto, que não é mais a “educação” “bancária” e sim, como nos coloca Paulo Freire, a Educação libertadora, problematizadora

Neste sentido, a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir "conhecimentos" e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação "bancária", mas um ato cognoscente*. (FREIRE, 2019, p. 94).

Os (as) professores (as) começam a aprender juntos com os seus educandos, os alunos passa a ser visto como educandos, aqueles que educam-se, aqueles que trazem os seus saberes, que não são um papel em branco, aqueles que possuem uma história e que trazem a sua história, os seus pensamentos para dentro da sala de aula e os (as) professores (as), que agora podemos chamar de educadores, aqueles que educam e são educados, aprendem junto com os seus educandos. Os (as) professores (as) precisam levar em conta que os seus educandos não estão somente na sala de aula, eles estão em uma sociedade.

Freire (2019) nos coloca que a educação problematizadora, humanizadora é um processo de diálogo, interação entre educadores e educandos, os educandos aprendem junto com os educadores (as), e começam a perceber a sua realidade e ver formas e modos de mudar a sua realidade e dos que o cercam. Segundo Paulo Freire “É através deste que se opera a superação de que resulta um termo novo: não mais educador do educando, não mais educando do educador, mas educador-educando com educando-educador.” (FREIRE, 2019, p. 95). Como nos escreve Freire os (as) professores

(as) são educadores (as) que educam os seus educandos, eles ensinam conteúdos que partem da realidade do educando, onde um aprende com o outro, os educandos aprendem com outros educandos, e os (as) educadores (as) sociais aprendem com outros educadores, assim como os educandos aprendem com os educadores e os educadores aprendem com os educandos, de forma que os seus educandos possam formar-se integralmente em seus aspectos físicos, afetivos, emocionais e intelectuais e que esses educandos possam mudar a sua realidade.

No livro *Pedagogia do Oprimido* temos quem são os (a) educador segundo a educação humanizadora, problematizadora

Um educador humanista, revolucionário, não há de esperar essa possibilidade. Sua ação, identificando-se, desde logo, com a dos educandos, deve orientar-se no sentido de humanização de ambos. Do pensar autêntico e não no sentido da doação, da entrega e do saber. Sua ação deve estar infundida da profunda crença dos homens. Crença no seu poder criador. (2019, p. 86)

Paulo Freire nos traz que o educador precisa ser humanizado junto com os educandos de forma que eles se humanizem juntos, para transformarem a realidade juntos. Temos também qual é a finalidade, o papel da escola que não é somente ensinar os educandos, é educar, é transformar a sociedade. A Cidade é um aprendizado que temos da nossa cultura, com a nossa família e o nosso convívio. Para os autores os (as) professores (as) são mediadores da aprendizagem, os (as) professores (as) educam seus educandos de forma que todos eles se transformem e tenham uma aprendizagem significativa. A escola, nesse sentido de humanização dos educandos e educadores, tem um papel social que seria oferecer oportunidades de aprendizado para os seus educandos.

Ela é um local de aprendizagens, de descobrimento tanto para os professores como para os educandos. No livro *Pedagogia do Oprimido* encontramos que “Já agora ninguém educa ninguém, como tão pouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão mediatizados pelo mundo.” (FREIRE, 2019, p.96). Ela é um local de aprendizagens, de descobrimento tanto para os (as) professores (as) como para os educandos.

Os (as) professores (as) são educadores (as), mediadores que se importam com seus educandos, que ensinam e aprendem com seus educandos. Cabe aos educadores (as) junto com os seus educandos transformarem-se

como sujeitos. A educação se dá junto com a sociedade, aprendemos com a sociedade, dentro e fora da escola. Os (as) professores (as) são humanizadores, são educadores e os seus trabalhos estão muito além da sala da aula, estão na vida de cada educando. E os seus trabalhos podem influenciar ou não para a transformação da realidade de cada educando. No próximo item temos como que são esses trabalhos dos (as) professores (as) na escola com os seus alunos, abordando os (as) professores (as) bancários e os (as) professores (as) libertadores.

Como colocamos o papel dos (as) professores (as) são o de humanizar os seus educandos, para eles transformarem a realidade e como consequência a sociedade que os cercam, mas nas escolas, na prática da educação, nas salas de aulas encontramos vários professores (as), são eles/elas que atuam, trabalham junto com os seus alunos de forma que esses alunos possam aprender, se desenvolver e se formar para uma determinada sociedade. Os trabalhos dos (as) professores (as) variam de escola para escola, de metodologia para metodologia. Temos vários trabalhos que os (as) professores (as) desenvolvem com os seus educandos, encontramos professores (as) que trabalham de forma bancária, encontramos os que trabalham de forma a visar a transformação, humanização dos sujeitos.

Nelas geralmente encontramos os (as) professores (as) bancários e os libertadores. Os (as) professores (as) bancários são os (as) professores (as) que somente depositam os conteúdos nos seus alunos. Os alunos são só receptores dos conteúdos que são passados para eles. Muitos desses professores (as) trabalham de forma bancária porque para eles/elas a obediência se dá calado de que o aluno obediente é aquele aluno quieto aquele aluno que não fala que não dialoga com os outros é aquele aluno que vai bem nas avaliações, mas ele não possui a consciência do que está fazendo, do que está produzindo.

Segundo Paulo Freire a educação bancária

Na concepção bancária que estamos criticando, para qual a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos, não se verifica, nem pode verificar-se esta superação. Pelo contrário, refletindo a sociedade opressora, sendo dimensão da “cultura do silêncio”, a educação bancária mantém e estimula a contradição. (FREIRE, 2019, p 82).

Quando os (as) professores (as) praticam a educação bancária com os seus alunos eles acabam se tornando um desumanizador. Um professor

desumanizador é aquele que cala, que não permite que os seus alunos critiquem a realidade que cerca-os, eles não serão capazes de transformá-las. A educação bancária possui uma prática tradicional onde o aluno não é o protagonista de sua aprendizagem, onde os conteúdos são apenas passados e forma de “decoreba”, o conteúdo não tem significado para eles, não partem de sua realidade é uma realidade inexistente para os alunos.

Esses professores (as) são desumanizadores (as) que só passam os conteúdos, são aqueles que apenas depositam os seus conhecimentos no seu aluno. Esses professores (as) são aqueles que não permitem os seus alunos a mudarem a realidade que os cercam. Encontramos esses professores bancários nas nossas escolas. Os professores (as) bancários são aqueles que calam, não veem o aluno como sujeito só os enxergam como seres que não podem mudar sua realidade. Segundo Paulo Freire na prática da educação bancária

- a) O educador é aquele que educa; os educandos o que são educados;
 - b) O educador é aquele que sabe; os educandos os que não sabem;
 - c) O educador é aquele que pensa; os educandos, os pensados;
 - d) O educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente;
 - e) O educador é o que disciplina; os educandos os disciplinados; {...}
- (FREIRE, 2019, p 82)

Nesta prática de educação bancária, o aluno não é o protagonista de sua aprendizagem, os conteúdos são apenas passados e forma de “decoreba” para eles, o conteúdo não possuem significado, não partem de sua realidade, é uma realidade inexistente. Se não ocorre a mudança da realidade do aluno, não ocorre a transformação da sociedade. Arroyo em seu livro “Ofício de Mestre: Imagens e autoimagens nos traz que

O trabalho e a relação educativa que se dá na sala de aula e no convívio entre educadores(as)/ educandos(as) traz ainda as marcas da especificidade da ação educativa. A escola e outros espaços educativos ainda dependem dessa qualidade. (ARROYO, 2019, p 19).

Como Arroyo coloca-nos o trabalho e a ação da educação ocorre nas salas de aulas com os (as) professores (as) e alunos. O trabalho dos (as) professores (as) influenciam na aprendizagem de seus alunos. Os alunos são formados para a sociedade da maneira que o (a) professor (a) forma-os. Quando os (as) professores (as) praticam somente a educação bancária, os alunos são seres passivos perante as mudanças que ocorrem na sociedade, as escolas não possuem significado para esses alunos e eles acabam reproduzindo aquilo que

é passado para eles, se desumanizando. Segundo Paulo Freire (2019, p 83) “Quanto mais se lhes imponha passividade, tanto mais ingenuamente, em lugar de transformar, tendem a adaptar-se ao mundo, à realidade parcializada nos depósitos recebidos”.

Essa educação bancária pacifica os alunos e assim como consequência a sociedade. Como o papel dos (as) professores (as) com os seus alunos são os de transformação se os (as) professores (as) praticarem a educação bancária eles/elas não transformarão nada e o seu papel é de um pacificador da sociedade, mas esses professores (as) podem, bem como nos coloca Freire, transformarem-se nos (as) professores (as) libertadores (as), a partir da sua prática. Os (as) professores (as) libertadores são o contrário dos (as) professores (as) bancários. Encontramos esses professores libertadores, problematizadores nas nossas escolas, nas salas de aula.

Os (as) professores (as) libertadores possuem a consciência que os alunos são protagonistas de sua aprendizagem, que eles são os sujeitos que aprendem e ensinam. Os (as) professores (as) são mediadores, facilitadores da aprendizagem. Segundo Paulo Freire (2019, p 98)

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens.

A educação como prática da liberdade dos sujeitos visa a liberdade de cada ser, a liberdade de consciência, o protagonismo de cada um. Os (as) professores (as) para tornarem-se professores libertadores, para transformarem as realidades dos seus alunos e a sociedade que os cercam, precisam ter consciência de que eles são agentes transformadores da sociedade e não apenas depositadores de conteúdos. Para os seus alunos os (as) professores (as) são aqueles que fazem a diferença na vida de cada aluno de cada educando.

Os (as) professores (as) precisam ser aqueles agentes transformadores da realidade seu aluno onde em conjunto com todos os alunos e educadores (as) eles/elas conseguem alterar a sua realidade e sair da situação em que se encontram. Os (as) professores (as) libertadores são aqueles professores (as) que enxergam os alunos como sujeitos como protagonistas de sua aprendizagem e junto com seus alunos se humanizam criticando a realidade que

os cerca tratando os conteúdos de forma a se aproximarem da realidade de cada educando.

Eles/elas conscientizam os seus educandos que fazem com que o conteúdo seja significativo para os seus alunos para que eles tenham consciência daquilo que está sendo aprendido daquilo que eles estão vendo, que estão aprendendo, é tudo um processo de diálogo de humanização. Segundo Paulo Freire

Por isto é que esta educação, em que os educadores e educandos se fazem sujeitos do seu processo, superando o intelectualismo, superando o autoritarismo do educador "bancário", supera também a falsa consciência do mundo. (FREIRE, 2019 p. 105).

Os (as) professores (as) humanizadores são os libertadores, são eles/elas que libertam os alunos, partem da realidade cada um, dialogam com os alunos, que educam-se e ao mesmo tempo são educados. Os professores que possuem como papel a transformação da sociedade necessitam serem professores libertadores, humanizadores para transformarem a realidade do aluno e assim transformar a sociedade. Os (as) professores (as) libertadores utilizam na sua prática a matéria de humanização, onde enxergamos os professores (as) e alunos como humanos e não como coisas ou números.

No próximo capítulo tratamos especificamente sobre a vulnerabilidade social, quem são esses sujeitos vulneráveis, quais as possibilidades desses sujeitos vulneráveis saírem da situação de vulnerabilidade em que encontram-se e como é a relação do trabalho dos (as) Educadores (as) Sociais e dos (as) professores (as) com as crianças vulneráveis.

CAPÍTULO 2- VULNERABILIDADE SOCIAL

Para compreendermos o que é vulnerabilidade social, quem são esses sujeitos vulneráveis, precisamos primeiramente conhecer o que é vulnerabilidade social. O presente capítulo possui como objetivos conhecer brevemente a história da vulnerabilidade social no Brasil, caracterizar os sujeitos vulneráveis e como são vistos na sociedade, identificar as possibilidades dos sujeitos vulneráveis saírem da situação de vulnerabilidade social em que se encontram. Utilizaremos como base teórica para a história da vulnerabilidade social o dicionário da Bueno (2007), Ministério Nacional da Saúde (1996), Estatuto da Criança e do adolescente (1990), Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Pereira e Souza (2006), Silva (2007), Oliveira (2015), para identificarmos os sujeitos vulneráveis utilizaremos os livros Pedagogia do oprimido (2019), Educadores de Rua: uma abordagem crítica, alternativas de atendimento aos meninos de rua (1989), Sopelsa (2000), entre outros.

Para identificarmos as possibilidades dos sujeitos vulneráveis saírem da situação e vulnerabilidade social em que se encontram utilizaremos Estatuto da criança e do Adolescente (1990), Arroyo (2019), Silva de Paiva (2011), Freire (2019), Calmim (2006), Ribas Machado (2010), entre outros.

Esse capítulo está dividido em dois tópicos, o primeiro sobre o conceito de vulnerabilidade social e sua história e quem são os sujeitos vulneráveis e como esses sujeitos são vistos na sociedade, o segundo tópico sobre as possibilidades dos sujeitos vulneráveis saírem da situação e vulnerabilidade social.

1.1 Vulnerabilidade Social e seus sujeitos: algumas aproximações à Vulnerabilidade Social e à família e a criança vulnerável

Para conhecermos o que é vulnerabilidade social voltemos ao seu conceito. A palavra vulnerabilidade se origina do latim que significa ferida (vulnus). Segundo o dicionário de Silveira Bueno (2007, p. 806), vulnerabilidade é “Qualidade daquilo que é vulnerável”. A palavra social segundo o dicionário de Silveira Bueno (2007, p. 722), “Da sociedade ou relativo a ela; sociável; que convém a sociedade. ” Vulnerabilidade social é o conceito que caracteriza a condição dos grupos de indivíduos que estão à margem da sociedade, são pessoas, famílias que estão em processo de exclusão social, principalmente por fatores socioeconômicos. Existem diversas características que caracterizam um sujeito vulnerável, ela pode ser social, pessoal ou ambiental.

Com essas características de vulnerabilidade estamos nos referindo à situação socioeconômica de vários grupos de pessoas com poucos recursos financeiros, de moradia, educação e acesso a oportunidades para seu desenvolvimento enquanto cidadão, e pessoas que são excluídas de alguma forma pela sociedade.

A vulnerabilidade se destaca pela existência de um risco, pela incapacidade de responder ao risco e inabilidade de adaptar-se ao perigo, ou, como característica dos lugares com diferentes graus de capacidade de resposta e de habilidade de adaptação, ou seja, ambas numa esfera socioambiental. (Pereira & Souza, 2006, p. 6).

Encontramos em Pereira & Souza que a vulnerabilidade também é um fator de risco seja ele social, econômico ou pessoal. Sobre risco voltemos ao conceito do que é risco. Risco segundo o dicionário de Silvana Bueno (2007, p. 684) é “probabilidade de perigo, ger. com ameaça física para o homem e/ou para o meio ambiente”, uma pessoa que se encontra em situação de risco é uma pessoa que está em perigo, seja ele econômico, físico, intelectual, ou social.

Esses sujeitos vulneráveis que vivem em situações de risco sempre existiram e sempre existirão na nossa sociedade, mas esses sujeitos começaram a ter relevância a partir da década de 1990 onde tivemos a epidemia do HIV/aids que atingiu a maioria da população brasileira colocando em risco os grupos com pessoas mais vulneráveis que começaram a ter visibilidade pelos outros grupos sociais. A partir dessa década de 1990 em 1996 o MNS na Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996 temos que

“[...] II.15 - Vulnerabilidade - refere-se a estado de pessoas ou grupos que, por quaisquer razões ou motivos, tenham a sua capacidade de autodeterminação reduzida, sobretudo no que se refere ao consentimento livre e esclarecido. (BRASIL, 1988).

A partir dessa definição do que é vulnerabilidade o governo começa a fazer uma pesquisa a respeito de quem são esses sujeitos vulneráveis, como eles vivem, qual é a renda de cada sujeito da família, se os seus direitos básicos que se encontram na Constituição Brasileira são respeitados. Os sujeitos em situação de vulnerabilidade se encontram em condições precárias, muitas delas não possuem o básico para sobreviver e muitas, não conhecem os seus direitos que estão postos na Constituição da República Federativa do Brasil.

Como observamos no Artigo V da Constituição todos nós deveríamos ser iguais perante a lei, tendo como garantia o direito à vida, a saúde a educação entre outros. Segundo o artigo V da Constituição da República Federativa do Brasil

Art. V: todos são iguais perante a lei, sem distinção qualquer natureza garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. (BRASIL, 1988, p. 13).

Na dinâmica da sociedade esses direitos prescritos no artigo da Constituição não são aplicados para toda a população, várias famílias vivem em situações econômicas precárias, com seus direitos negados e devido a situação dessas famílias as pessoas vulneráveis são as que mais sofrem riscos na sociedade e quando não eram reconhecidos como sujeitos vulneráveis, antes do reconhecimento da vulnerabilidade social em 1990, muitas morriam sem possuir os direitos básicos que estão previstos no Ministério Nacional da Saúde (MNS), a partir de que os sujeitos vulneráveis são reconhecidos pelo MNS, temos o papel do Estado perante esses sujeitos vulneráveis como uma forma de eliminar, reduzir as desigualdades sociais existentes e assim, criar programas, leis, projetos que auxiliem esses sujeitos.

O Estado teria como responsabilidade ‘eliminar’ ou ‘reduzir as desigualdades’. O autor encerra seu trabalho escrevendo sobre vulnerabilidade de forma similar ao modo que o termo é incorporado na área da saúde: Como confirmado pela tese, os vulneráveis à renda são estreitamente conexos aos vulneráveis à educação de base. A análise desse movimento possibilitou demonstrar, dentre outros, que os grupos sociais destituídos das capacidades e das necessidades materiais básicas, apresentam uma imunidade muito baixa para o enfrentamento das adversidades da vida. Uma vez expostos, tornam-se vítimas fáceis da criminalidade, do envolvimento no mundo do tráfico e do consumo de drogas, além de toda espécie de agressões,

esgarçando cada vez mais o degradado tecido constitutivo da sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2015, p. 237).

Como é responsabilidade do Estado “reduzir”, “eliminar” as desigualdades sociais, vários programas de auxílio, leis federais foram desenvolvidas para auxiliar essas famílias a terem seus direitos respeitados. Alguns dos programas de auxílio são o Programa Bolsa Família (PBF), Minha Casa Minha Vida, Tarifa Social de Energia Elétrica, Água para Todos, Farmácia Popular, Sistema Único de Saúde (SUS), entre outros. Além dos programas, foram criadas ao longo dos anos algumas leis que protegem e auxiliam essas famílias em situação de vulnerabilidade social a fim de garantir os seus direitos.

Vários projetos e leis foram desenvolvidos para auxiliar as famílias em situação de vulnerabilidade, esses projetos e leis que foram desenvolvidas são importantes para diminuir a desigualdade social e a pobreza no Brasil, Mas nos perguntamos, o porquê de ainda termos um número significativamente alto de pessoas em situação de vulnerabilidade social, se o governo federal desenvolve vários programas de auxílio e leis que garantem os direitos de toda a população e como consequência diminui a desigualdade social? Devemos levar em conta vários aspectos que faz com que o índice de vulnerabilidade aumente.

Vulnerabilidade e capacidade estão inseridas em um igual processo de luta por superação, ou seja, na vulnerabilidade reside o germe para o seu próprio enfrentamento. Dessa forma, será exigida do estado, por meios dos serviços públicos, maior aproximação possível com o cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos e vulnerabilidades se constituem. (CARMO; GUIZARDI, p.9).

Segundo Silva (2007, p.3) “as populações atingem um elevado grau de vulnerabilidade que não podem ter a capacidade de escolher ou negar aquilo que lhes é oferecido”, ou seja como os grupos vulneráveis não conhecem os seus direitos e deveres, nem os programas disponíveis para esses grupos, esses sujeitos vulneráveis acabam, como nos cita Silva (2007), esses sujeitos acabam não tendo escolha perante a sua realidade, aceitando ou não tudo o que é fornecido para eles, sem refletir sobre os seus direitos e deveres, esses sujeitos vulneráveis que não reconhecem como sujeitos da sociedade, acabam fazendo de tudo para sobreviver, aumentando os grupos vulneráveis que por consequência não se reconhecem como sujeitos.

O ser humano vulnerável, por outro lado, é aquele que, conforme conceito compartilhado pelas áreas da saúde e assistência social, não necessariamente sofrerá danos, mas está a eles mais suscetível, uma vez que possui desvantagens para a mobilidade social, não

alcançando patamares mais elevados de vida em função de sua cidadania fragilizada [...]. (CARMO; GUIZARDI, 2018, p. 9).

Os sujeitos vulneráveis são tratados muitas vezes como números, como porcentagens e não como sujeitos, como "humanos", para compreendermos uma sociedade precisamos conhecer os sujeitos, identificar os sujeitos que fazem parte de uma sociedade, para compreendermos essa sociedade.

Para identificarmos esses sujeitos vulneráveis, tratá-los como sujeitos, como pessoas e não somente como números e sim como sujeitos, precisamos levar em conta quando falamos em vulnerabilidade social, quem são esses sujeitos vulneráveis, quais são as realidades desses sujeitos vulneráveis, como eles se veem como sujeitos.

1.2 Sujeitos vulneráveis

Os sujeitos vulneráveis, são as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social e estão perdendo sua representatividade na sociedade. São sujeitos oprimidos pelos opressores da sociedade. São essas pessoas que, em várias situações, dependem da ajuda dos governos, de instituições sociais para poderem sobreviver mesmo estando à margem da sociedade. Um sujeito vulnerável não é só aquele sujeito que vive de forma precária, que não tem muitos meios de sobrevivência, o sujeito vulnerável é aquele que em conjunto com os fatores socioeconômicos e com os seus direitos negados também é um excluído pela sociedade, um oprimido, um marginalizado.

Quando falamos de o sujeito vulnerável ser marginalizado precisamos compreender que

Como marginalizados, 'seres fora de' ou à 'margem de', a solução para eles estaria em que fossem 'integrados', 'incorporados' à sociedade sadia de onde um dia 'partiram', renunciando, como trãnsfugas, a uma vida feliz. (FREIRE, 2019, p.84).

Como Paulo Freire nos coloca esses sujeitos marginalizados são todos os que se sentem fora da sociedade, fora de um grupo, onde não se auto reconhecem como sujeitos. Os sujeitos vulneráveis são pessoas que se sentem fora de uma sociedade, fora do seu meio social. Paulo Freire traz em seu livro *Pedagogia do Oprimido* (2019) os conceitos de oprimido e opressores, os sujeitos vulneráveis são os oprimidos pela sociedade, são aquelas pessoas que

não são vistas, nem ouvidas, que são postas à margem da sociedade pelos sujeitos opressores.

Paulo Freire em seu livro nos escreve que “Inauguram a violência os que oprimem, os que exploram, os que não se reconhecem nos outros; não os oprimidos, explorados, os que não são reconhecidos pelos que os oprimem como *outro*”. (FREIRE, 2019, p. 58). Partindo do conceito de Freire sobre oprimidos e opressores, podemos compreender que os oprimidos são os sujeitos que são “violentados” pelos opressores, eles não são vistos na sociedade e muitas vezes não se reconhecem como seres oprimidos. Os opressores são aqueles que “violentam” os oprimidos, aqueles estão fora da margem da sociedade, e usam o seu poder, seja ele político, econômico ou social para “violentar” os mais “fracos”, os oprimidos.

As pessoas mais vulneráveis na sociedade são os mais oprimidos, elas são manipuladas pelos sujeitos opressores. Agora que compreendemos que esses sujeitos vulneráveis são os oprimidos, marginalizados que vivem em situações econômica precárias, que não são reconhecidos pela sociedade, encontramos famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social. Família de acordo com o dicionário de Silvana Bueno é “Conjunto de pai, mãe e filhos; pessoas do mesmo sangue; descendência; linhagem [...]” (BUENO, 2007, p 347). Esse conceito de família que está posto no dicionário é um conceito geral de família como a família é vista na sociedade.

Como todas as famílias são diferentes e a família não é só aquela composta por pais e filhos e sim família são os vínculos afetivos que as pessoas desenvolvem em conjunto que formam uma família, encontramos também famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social, que podemos chamar de sujeitos oprimidos, marginalizados, muitas dessas famílias não possuem escolaridade, mal sabem ler ou escrever, eles não conhecem os seus direitos, não veem um futuro para os seus familiares.

A família vulnerável é aquela família excluída, é aquela família que faz de tudo para sobreviver na sociedade e nessas famílias encontramos as crianças vulneráveis. Encontramos no dicionário de Silveira Bueno o conceito de Criança que é “Menino ou menina; ser humano na fase infantil”. (BUENO, 2007, p. 207). No dicionário temos a Criança como um conceito generalizado de quem é a Criança, mas na sociedade encontramos diversos tipos de Criança, de diversas

histórias, famílias e também com oportunidades diferentes de desenvolvimento. Cada criança é um ser individual, com sua própria cultura, suas próprias características.

Há infâncias marcadas pelas diferenças de classe, idade, gênero e particularidades específicas, como o tipo de família ou escola, os equipamentos de lazer e cultura em geral aos quais a criança tem acesso ou pela forma como se organiza politicamente a comunidade de origem, entre tantos outros. (MÜLLER; MAGER; MORELLI, 2011, p. 69).

Como nos colocam os autores Müller, Mager e Morelli, temos diversos tipos de criança e assim como consequência diversos tipos de infância. Não podemos generalizar a criança como se todas elas fossem iguais, tivessem infâncias iguais. A criança é um ser único, com suas particularidades, é um ser individual. Voltemos ao conceito de infância que segundo o dicionário de Silveira Bueno a infância é “Período de crescimento do ser humano, e que se estende do nascimento até a puberdade; meninice; criancice.” (BUENO, 2007, p. 434).

A infância não é algo linear para todas as crianças, pois temos diversos tipos de criança e de infâncias, algumas possuem mais oportunidades do que outras. Segundo Belloni

Falar de infância significa, do ponto de vista sociológico (ou macrossocial), utilizar a categoria geração para compreender os fenômenos sociais; categoria que, tal como classe, gênero, ou escolaridade, pode ser entendida como variável explicativa, de uma forma ou de outra, mais ou menos determinante. Essa é a primeira precisão fundamental para a compreensão do fenômeno em questão e significa que podemos compreender e explicar fatos, comportamentos, ações e estruturas sociais com base nessa categoria - infância - construída teoricamente a partir da "escuta" dos fatos sociais. Também implica estabelecer relações entre a categoria geração e as estruturas sociais no sentido de compreender quais as determinações sociais do processo de socialização das novas gerações, qual o grau de autonomia que estes grupos sociais (crianças e adolescentes) têm, nas sociedades contemporâneas tecnificadas e globalizadas, bem como quais diversidade sociais e regionais são mais pertinentes. Desafios de grande porte proporcionais à complexidade do fenômeno (2009, p. 1)

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) “Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. (BRASIL, 1990, p. 15). Como cada criança é singular, individual e diferente umas das outras “Definitivamente, mesmo estando em um coletivo, a criança pode apresentar uma vida bastante particularizada influenciada pelos lugares, tempos e relações do seu cotidiano.” (MÜLLER; MAGER; MORELLI, 2011, P. 69), temos

a criança vulnerável que vive em situação de vulnerabilidade, no nosso caso em situação de vulnerabilidade social.

Essas crianças vulneráveis são as que geralmente vivem em situação de risco com a sua família, essas crianças vivem de forma econômica e social precária onde seus direitos são desrespeitados. No livro Educadores de Rua: uma abordagem crítica, alternativas de atendimento aos meninos de rua, Freire escreve sobre quem são esses meninos de rua. Esses meninos de rua podemos identifica-los com as crianças em situação de vulnerabilidade social.

Essas crianças, são em sua maioria, meninos e meninas entre sete e dezessete anos, que vivem na rua trabalhando para se sustentarem e/ou para ajudar no sustento de suas famílias, que quase sempre são pobres demais para atender às necessidades básicas de seus filhos. (FREIRE, 1989, p.11).

Nesse livro de Freire (1989) temos as crianças de rua que também são crianças vulneráveis. Podemos fazer uma comparação dessas crianças de rua com as crianças que vivem em situação de vulnerabilidade social. Os dois, os meninos de rua e as crianças vulneráveis, são sujeitos parecidos. Os meninos de ruas são crianças e adolescentes que trabalham nas ruas para sustentar sua família e vivem em situação de vulnerabilidade social. Tanto as crianças de rua como as crianças vulneráveis vivem em situações econômicas precárias, com ou sem a proteção familiar, sendo submetidos a vários perigos e violências sejam elas físicas ou morais.

Na visão dessas crianças, não existe um futuro, não existe uma realidade além daquela que ela está inserida no momento. Muitas delas não se sentem pertencentes a sociedade, nem como um agente transformador da sua realidade.

Quando estão na rua, essas crianças são efetivamente desamparadas da proteção familiar e da comunidade, tornando-se, em consequência, vulneráveis a exploração por terceiros e uma variedade de perigos físicos e morais. (FREIRE, 1989, p.11).

Devido a essas crianças vulneráveis serem mais submetidas aos riscos da sociedade temos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No ECA, encontramos diversas leis que garantem os direitos que estão postos na Constituição da República Federativa do Brasil para as crianças e os adolescentes o que diminui a violência e a negligência para as crianças e principalmente para crianças vulneráveis, onde o ECA prevê o sistema de garantias de direitos assegurando as crianças e aos adolescentes: A proteção

integral e a participação real (BRASIL, 1990). O ECA define a criança e o adolescente como seres humanos "em condição peculiar de desenvolvimento" (BRASIL, 1990), determinando que elas precisam de outras pessoas, grupos e instituições que se responsabilizem pela promoção e defesa do seu desenvolvimento, sobrevivência e proteção

As crianças dependem de ajuda das instituições escolares, instituições sociais, para poderem ter uma infância digna, com seus direitos que são desrespeitados. A criança desenvolve-se na sociedade que ela frequenta, se ela é oprimida na sociedade pelos opressores ela sempre vai sentir-se um ser oprimido, um ser a margem da sociedade se essa criança não vê, ou não compreende que pode alterar essa sua realidade assim que sentir-se sujeito dessa realidade.

Desde o nascimento até a morte, o homem sofre influências das pessoas, da sociedade, do mundo, e reage a estas influências de acordo com as raízes que lhe foram impressas, ao longo de sua existência, pelas suas vivências e sentimentos. (SOPELSA, 2000, p.34).

Como a criança vulnerável vive em situações econômicas precárias, é um oprimido pela sociedade, é um marginalizado, essa criança precisa de meios para ter "consciência" que é um sujeito oprimido pela sociedade e começar a procurar formas de como sair dessa situação de oprimido, de marginalizado de vulnerável. Segundo Freire (2019) enquanto o sujeito oprimido, marginalizado, vulnerável, não compreender que é um ser "consciente" e não se apropriar dos seus direitos, seus deveres, não saber que ele é um sujeito oprimido e que pode mudar a sua realidade, ele não é capaz de se transformar como sujeito e mudar a sua realidade.

O sujeito vulnerável precisa de oportunidades, possibilidades para se reconhecer como sujeito, como um sujeito oprimido e como mudar essa sua situação de oprimido.

Até o momento em que os oprimidos não tomem consciência das razões de seu estado de opressão, "aceitam" fatalistamente a sua exploração. Mais ainda, provavelmente assumam posições passivas, alheadas, com relação à necessidade de sua própria luta pela conquista da liberdade e de sua afirmação no mundo. Nisto reside sua "convivência" com o regime opressor. (FREIRE, 2019, p. 71).

A vulnerabilidade social não é algo natural da sociedade, existem possibilidades, meios para que esses sujeitos vulneráveis saiam da situação

vulnerável em que se encontram. Esses meios podemos chamar de possibilidades para os sujeitos vulneráveis saírem da situação de vulnerabilidade em que se encontram.

1.2- Possibilidades dos sujeitos vulneráveis saírem da situação de vulnerabilidade social

Os sujeitos vulneráveis estão nas escolas e nas instituições de acolhimento, ele pertence as instituições e os sujeitos que fazem parte dessas instituições, sejam elas escolares ou não, são essenciais para auxiliar ou não auxiliar esses sujeitos vulneráveis a criarem possibilidades para saírem ou não da situação de vulnerabilidade em que se encontram. A vulnerabilidade social não é algo natural, não é algo que não pode ser mudada, é um estado em que o sujeito se encontra e é com o auxílio das instituições escolares e sociais de acolhimento que as possibilidades dos sujeitos vulneráveis saírem da situação de vulnerabilidade em que se encontram.

Uma das possibilidades das famílias vulneráveis saírem da situação de vulnerabilidade, seja ela pessoal, social ou ambiental em que se encontram, são as escolas, são as instituições sociais, é a educação que auxilia na humanização dos sujeitos, oportunizando meios dos sujeitos vulneráveis se sentirem sujeitos, pertencentes a sua sociedade, reconhecendo seus direitos e deveres de forma que, como nos coloca Freire (2019), se reconheça como um ser oprimido na sociedade. E qual seria o papel dessas instituições escolares e instituições sociais? Como esses sujeitos vulneráveis veem essas instituições? Como essas instituições veem esses sujeitos vulneráveis?

[..] Assim, ao mesmo tempo, o ser humano vulnerável, pode possuir ou ser apoiado para criar as possibilidades necessárias para a mudança de sua condição. É com base nessa última afirmação que concordamos que não se trata, a vulnerabilidade, apenas de uma condição natural que não permite contestações. Isso porque o estado de vulnerabilidade associa contextos individuais e sobretudo, coletivos. (CARMO; GUIZARDI, 2018, p. 6).

Nelas (instituições escolares e instituições de acolhimento institucional) temos o papel do profissional de educação que está na escola, o (a) professor (a), e o papel do (a) educador (a) social que estão nas instituições sociais. Esse papel, essa identidade do (a) professor (a) e do (a) educador (a) sociais são essenciais para a humanização, para a formação social dos educandos, dos

sujeitos que frequentam as escolas e as instituições sociais. É a partir do ofício, do trabalho do (a) professor (a), do (a) educador (a) social que humanizamos ou não nossos educandos, que possibilitamos ou não para eles transformarem a sua realidade.

1.2.1- A escola como uma das possibilidades dos sujeitos vulneráveis saírem da situação de vulnerabilidade

As instituições escolares são lugares que a comunidade frequenta, onde nela temos várias crianças e adolescentes e é nesse ambiente escolar que elas convivem durante a maior parte do tempo de sua vida. Elas são instituições onde ocorre a educação formal, fornecem diversas atuações na formação e no progresso das crianças e adolescentes. As instituições escolares, como nos coloca Nóvoa "Constituem uma territorialidade espacial e cultural, onde se exprime o jogo dos actores educativos internos e externos." (NOVOA, 1992, p.16).

De acordo com Oliveira (2003), é com o desenvolvimento do capitalismo que surge na Modernidade o fenômeno da escolarização e da especialização técnica, passando a predominar, no contexto escolar, o saber científico. A autora afirma que, no sistema educacional capitalista, "a divisão do saber se institucionaliza em função da divisão social de classe e da divisão social do trabalho" e caracteriza o saber escolar como "erudito, livresco e científico, marcado pela rigorosidade do método e da sistematização no processo de construção do saber" (MOTA, IN OLIVEIRA, 2003, p. 162-168).

As instituições escolares são um dos locais que ocorre a educação, o ensino "Ensino é instrumentação técnica que precisa de algumas competências básicas como domínio da língua culta e das operações matemáticas" (PAIVA IN SILVA, 2009). Temos as escolas de Educação Básica que atendem crianças e adolescentes de zero à dezessete anos de idade sendo obrigatória dos quatro aos dezessete anos, as instituições escolares seguem um currículo, regras, uma diretriz educacional. Para assegurar a permanência da criança na escola temos o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) que assegura as crianças e os adolescentes a frequentarem as escolas. Está posto no ECA que a criança precisa frequentar a escola é um dever da criança e do adolescente frequentar a escola, mas essas crianças não entendem a verdadeira razão de irem para escola, que a escola é um local de aprendizagens, descobertas, um local de socialização, humanização.

[A] escola é uma instituição social, historicamente considerada, inserida numa certa realidade na qual sofre e exerce influência. Não é uma instituição neutra perante a realidade social. Deve considerar o ensino de forma a considerar o papel de cada indivíduo e de cada grupo organizado dentro da sociedade. (SCHIMIDT, 1989, p.121).

É dever dos pais colocar as crianças nas instituições escolares e mantê-las na instituição, mas como será que esses sujeitos vulneráveis veem essas instituições escolares? Algumas crianças vulneráveis muitas vezes só veem a instituição escolar como um local de alimentação, onde irá aprender a ler e escrever e não um local onde ela possa reconhecer-se como sujeito e mudar a sua realidade. Outras crianças veem as escolas como um lugar de obrigação onde eles frequentam a escola por obrigação e não por prazer. Alguns sujeitos veem a escola como um local de humanização, onde a escola se torna a “solução” para todos os seus problemas, onde a partir da escola os sujeitos vulneráveis podem ter uma vida melhor, um trabalho melhor e procurar mudar a sua realidade a partir do seu estudo e do seu trabalho.

A escola segundo Isabel Alarcão " [...] surge-nos como um todo e não como um ajuntamento de pessoas. Esse todo, para ser coeso e dinâmico, exige uma organização. Em resumo, a escola é uma comunidade social, organizada para exercer função de educar e instruir." (ALARCÃO, 2003, p. 81). A partir de que a escola educa e instrui temos a concepção que a escola forma para o mercado de trabalho, essa concepção errônea que a sociedade pensa que a escola só forma as crianças para o trabalho, tira o papel real da escola que é humanizar os sujeitos que frequentam as escolas.

A criança além de estar na sociedade com a sua família está nas escolas e as famílias, principalmente as famílias vulneráveis, fazem um grande esforço para que as suas crianças frequentem a escola, pois acreditam num futuro melhor que o deles para as suas crianças. Como os sujeitos vulneráveis, como nos coloca o MNS (1988) e Paulo Freire (2019), vivem em situação de risco, encontram-se em situações econômicas e sociais precárias, os responsáveis pelas crianças não querem que os seus filhos tenham uma vida igual a deles, uma vida precária, já que seus direitos são desrespeitados, onde não são vistos como sujeitos transformadores da sociedade.

Se perguntamos as famílias pobres, excluídas, oprimidas, por que matriculam seus filhos na escola? Nos dirão: “para que não tenham uma vida tão apertada quanto a vida da gente”. Há um sonho,

recuperar ao menos nos filhos a humanidade não tida. (ARROYO, 2019).

Os responsáveis não querem isso para suas crianças, nenhum responsável quer ver a sua criança sendo excluído pela sociedade que frequenta, por isso que eles veem a escola como um local onde as suas crianças possam aprender, se socializar, se humanizar e também receber alimentação, receber o cuidado, a atenção que as crianças não possuem em casa que podem receber na escola. Mesmo que os responsáveis vejam a escola como um lugar de humanização para os seus filhos, existem dificuldades para as crianças vulneráveis conseguirem a sua humanização devido a condição de vida que essas pessoas possuem.

Como os sujeitos oprimidos estão cada vez mais oprimidos, mais vulneráveis na sociedade, existe uma dificuldade maior para esses sujeitos vulneráveis saírem da situação em que encontram e a função da escola está muito além do que acolher esse sujeito vulnerável, a escola é um lugar de emancipação, humanização, é um local onde a criança encontra meios possibilidades para sair da situação vulnerável em que se encontra.

A indignação diante das condições em que reproduzem suas vidas, na moradia, no trabalho, na rua e até nas escolas pode reeducar nossa sensibilidade para com os difíceis percursos a que são submetidos, os limites impostos a sua humanização. (ARROYO, 2019, p. 47).

A escola é um lugar de formação, de transformação, é na escola que, como nos coloca Freire (2019), nos tornamos humanos, nos socializamos com o outro, trocamos saberes e experiências, é na escola que ocorre a humanização e é nela e com os sujeitos que fazem parte da escola que nos transformamos em sujeitos “conscientes”, sujeitos capazes de encontrar meios, possibilidades de transformar a sua realidade, mas será que nas escolas não ocorre também um controle para esse sujeito vulnerável? Será que a escola não molda o sujeito de forma que possa ou não sair da situação em que se encontra agravando ainda mais a vulnerabilidade?

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável, não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. (PAIVA, 2011)

É na escola que ocorre a formação humana e diante de todas as dificuldades existentes na escola para acolher esses sujeitos vulneráveis, é na

escola que estão as possibilidades para que os sujeitos vulneráveis possam transformar a sua realidade. A escola nessa concepção de Freire (2019) de formação humana, vai além de ensinar os conteúdos que estão postos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), vai além do controle desses sujeitos, temos que formar “humanos” humanizados, que sejam sujeitos históricos e assim saírem da situação vulnerável, na situação de oprimido que se encontram.

O papel da escola está muito além de ensinar e educar, o papel da escola é humanizar, é ajudar o sujeito, a criança, a encontrar meios e possibilidades de sair da situação em que se encontra, de mudar a sua realidade e a realidade dos outros que convivem com esse sujeito.

Sua função, portanto, é preparar o indivíduo proporcionando-lhe o desenvolvimento de certas competências exigidas para a vida social. É também dar-lhe uma compreensão da cultura e uma "visão de mundo" e prepará-lo para a cidadania. (SCHIMIDT, 1989, p.12).

Essa é a função da escola, preparar o indivíduo para a cidadania para a sociedade. A escola ela sozinha não transforma a sociedade, ela precisa dos sujeitos que fazem parte da escola para transformá-la.

1.3.2- A instituição social como uma das possibilidades dos sujeitos vulneráveis saírem da situação de vulnerabilidade

Em conjunto com as escolas para atender esses sujeitos vulneráveis temos várias instituições sociais, sejam elas governamentais ou não, que atendem, auxiliam, protegem esses sujeitos vulneráveis criando possibilidades, meios para que esses sujeitos possam sair ou não da situação de vulnerabilidade em que se encontram. Essas instituições atendem as necessidades de determinados grupos sociais, estabelecendo uma “organização” social. Existem diversos tipos de instituições sociais como a família, a escola, a igreja, o trabalho, e o Estado. As instituições sociais são segundo o dicionário de Silveira Bueno (2007, p.440) a instituição é “Fundação; estabelecimento; associação; organização.”

A palavra social é segundo o dicionário de Silveira Bueno (2007, p. 722) social é “Da sociedade ou relativo a ela; sociável; que convém a sociedade”. Ao juntarmos essas duas palavras, instituição e social, identificamos que as instituições sociais são organizações da sociedade que buscam a organização

social. “A principal função de uma instituição é a propagação dos valores inscritos nela.” (RAMOS & NASCIMENTO, 2008, p 462). As instituições sociais são várias estruturas sociais, formas de organização que são organizadas em regras, sistemas, são reconhecidas e seguidas pela sociedade. Para os sujeitos vulneráveis, temos instituições sociais que acolhem esses sujeitos devido a sua situação de vulnerabilidade em que se encontram.

Esses sujeitos não reconhecem-se como sujeitos e procuram outras possibilidades de humanização além da instituição escolar. No texto Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão “O trabalho nas instituições de acolhimento institucional abrange uma multiplicidade de campos de ação, de forma a contemplar as diferentes esferas das vidas de crianças e adolescentes acolhidos”. (GUEDES & SCARCELLI, 2014, p. 59). Uma dessas instituições sociais que atendem educandos em situação de vulnerabilidade, em regime de acolhimento institucional, esses sujeitos necessitam de ajuda para saírem da sua situação de oprimidos e marginalizados pela sociedade.

Para abordarmos qual o papel dessas instituições de acolhimento precisamos primeiramente compreender o porquê do surgimento dessas instituições de acolhimento para os sujeitos vulneráveis. Em 1988 temos a aprovação da Assistência Social na Constituição Federal que é uma das formas de garantia dos direitos da população. A assistência social é “afirmada como política pública, objetivando o atendimento às necessidades dos cidadãos que dela necessitarem, não havendo nenhuma forma de contribuição prévia.” (CARMO, RIBAS MACHADO & MOREIRA in BRASIL, 2004, p.15).

A assistência social surge como a garantia dos direitos de cada cidadão de forma que os seus direitos sejam mantidos e respeitados. A assistência social está dividida em Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), essas divisões são para garantir os direitos iguais de todos os cidadãos. A implementação da assistência social ocorreu pela Norma Operacional Básica do SUAS, em 2005. O atendimento da assistência social está mais voltado para os sujeitos vulneráveis, marginalizados, oprimidos, para os sujeitos que vivem de forma econômica precária com os seus direitos negados ou desrespeitados.

O acolhimento para os sujeitos vulneráveis já existe a bastante tempo no Brasil desde a divulgação do Código de Menores de 1927, que “separava os (as) abrigados (as), de acordo com o gênero e sua condição peculiar, denominados

(as) “abandonados e delinquentes”. (CARMO, RIBAS MACHADO & MOREIRA, 2014, p 16). As crianças e os adolescentes eram chamadas de “menores” e não tinham os seus próprios direitos e deveres, as instituições sociais de acolhimento surgem para acolherem esses “menores” onde nas instituições eram mantidos em “observação”. (CARMO, RIBAS MACHADO & MOREIRA, 2014). Como já vimos a partir de 1990 foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente que surgiu como forma de garantir a esses “menores” seus direitos e deveres, sua proteção.

A partir do ECA os “menores” são denominados de crianças e adolescentes de zero até os dezessete anos de idade, onde a criança e o adolescente passam a ser visto como sujeitos de direitos. Segundo Pereira (2007) “[...] as instituições de acolhimento atendem os indivíduos que apresentem uma ruptura de vínculos familiares e/ou comunitários, necessitando o acolhimento institucional para o provimento de suas necessidades básicas.” (CARMO, RIBAS MACHADO & MOREIRA in PEREIRA, 2004, p.15.).

Essas instituições de acolhimento acolhem esses sujeitos de forma que o sujeito possa, nas instituições de acolhimento, garantir os seus direitos, se reconhecer como sujeito no processo de interiorização que ocorre nas instituições. Todas as instituições sociais sejam elas de acolhimento institucional ou não, possuem um processo de interiorização entre os sujeitos que fazem parte dessas instituições.

O processo que descreve a relação entre o indivíduo e as instituições se chama interiorização. Em sua primeira fase há a incorporação: é quando os valores das instituições são interiorizados. Na segunda, há a personificação: é quando o indivíduo projeta para o meio os valores institucionais devidamente assimilados e incorporados de sorte a permanecerem originais e particularmente desenvolvidos. (RAMOS & NASCIMENTO, 2008, p 464 in LORAU 1996.)

Diante disso, cada instituição social possui um papel, as instituições sociais de acolhimento para os sujeitos vulneráveis surgiram para acolher, atender, controlar esses sujeitos. “se, por um lado, se apresentam como uma forma de assistência caridosa dirigida aos necessitados, por outro, se apresentam como dispositivos de controle e coerção social”. (AUTOR, ANO, P.). Precisamos compreender qual é o verdadeiro papel das instituições de acolhimento institucional. Cada instituição social possui objetivos específicos de cada instituição que devem ser seguidos pelos que frequentam as instituições

sociais, são regras normas que devem ser seguidos por todos dentro e fora das instituições.

Todas as instituições possuem um papel diferente algumas agravam a situação vulnerável que o sujeito se encontra, outras instituições são um controle social para controlar esses sujeitos vulneráveis e outras possibilitam para que esses sujeitos possam sair da situação em que se encontra de oprimido e marginalizado. O amplo obstáculo mostrado por autores que se destinam a analisar a história da institucionalização de crianças e sua junção com práticas atuais que são à diferença entre as legislações vigentes e as ações feitas nas instituições (FÁVERO, VITALE, & BAPTISTA, 2008; RIZZINI, 2011; RIZZINI & PILOTTI, 2011; SILVA, 2004), ou seja, entre as políticas públicas e suas práticas sociais.

Essas instituições de acolhimento cada uma delas possui objetivos diferentes que podem agravar ou não a situação em que o sujeito se que pode ou não criar, auxiliar, possibilitar para que esse sujeito saia ou não da situação de vulnerabilidade em que se encontra.

Consideramos que uma instituição, ao perseguir objetivos necessita do compromisso de todos os envolvidos no processo, os quais precisam sentir-se responsáveis pelo sucesso ou não do empreendimento. (CAVAGNARI, 1999, p. 78)

O papel das instituições sociais, é diferente em cada instituição, cada instituição possui um papel que varia de instituição para instituição. Como defendemos que para sujeito vulnerável pode sair da situação de vulnerabilidade assim que se reconhecer como sujeito numa visão de, como nos coloca Freire (2019), humanização, buscam auxiliar, possibilitar aos sujeitos oprimidos, marginalizados, vulneráveis, meios que esse sujeito possa sair da sua situação de vulnerabilidade social. São nas instituições sociais que são lembrados aos sujeitos os seus deveres e direitos, são nas instituições sociais que o sujeito desvela a sua realidade achando meios e possibilidades para que possa mudar a sua realidade.

As relações construídas e os impasses existentes entre funcionários e acolhidos, bem como entre os acolhidos, também constituem-se como importantes campos de trabalho. Tal diversidade permite usufruir dessas diversas relações e contextos, de modo a produzir, a partir delas, diferentes formas de encontros e modos de reconhecimento. Por outro lado, diante dessa abrangência, um risco possível é de que esses campos diferentes de trabalho fragmentem as ações por meio de execuções de tarefas pontuais em contextos aparentemente

independentes. (CARMO, RIBAS MACHADO & MOREIRA in PEREIRA, 2004, p.15.).

Os sujeitos que frequentam e os que atuam, trabalham nas instituições de acolhimento institucionais para os sujeitos vulneráveis, necessitam sempre trabalharem em conjunto para o objetivo das instituições, é um processo dialogado, onde um aprende com o outro e nesse processo os atuantes que estão com os sujeitos vulneráveis possuem um papel perante esse sujeito. Os papéis de uma instituição são diferentes uns dos outros e depende de cada sujeito cumprir o seu papel na instituição em que atua.

No próximo capítulo abordamos como ocorre o trabalho dos (as) Educadores/Educadoras Sociais e o trabalho dos (as) professores (as) com as crianças vulneráveis e qual é o papel dos (as) Educadores (as) Sociais e professores (as) para os sujeitos vulneráveis.

CAPÍTULO 3- AS RELAÇÕES DO TRABALHO DOS EDUCADORES/EDUCADORAS SOCIAIS E PROFESSORES COM AS CRIANÇAS VULNERÁVEIS

Iniciamos o capítulo abordando a relação do trabalho do (a) Educador/Educadora Social com crianças em situação de vulnerabilidade. Este capítulo possui como objetivos relacionarmos o trabalho dos (as) Educadores/Educadoras Sociais e dos (as) professores (as) com as crianças vulneráveis; identificarmos as diferenças e semelhanças entre Educadores/Educadoras Sociais. Colocamos como base teórica para relacionarmos o trabalho dos (as) educadores (as) sociais e professores (as) com as crianças vulneráveis Milena da Silva Gorette e Marli de Fátima Rodrigues, Paulo Freire (1983), Miguel Arroyo (2019), Serrano, Paulo Freire (2019).

O capítulo está dividido em três tópicos, no primeiro tópico abordamos a relação dos (as) Educadores/Educadoras Sociais com as crianças vulneráveis. No segundo tópico. No segundo tópico tratamos sobre as relações do professor (a) com as crianças vulneráveis. No terceiro tópico colocamos as semelhanças e diferenças entre os (as) professores (as) e os (as) Educadores (as) Sociais onde utilizamos como sustentação teórica Jacyara Silva de Paiva (2011), Conferri e Nogaró (2010), Freire (1989).

3.1 A relação do trabalho dos (as) Educadores/Educadoras Sociais com crianças em situação de vulnerabilidade.

Como compreendemos os sujeitos vulneráveis como sujeitos que precisam de auxílio para sair da situação de vulnerável que se encontra o trabalho dos (as) educadores/educadoras sociais são fundamentais para esses sujeitos. Os sujeitos vulneráveis, marginalizados, oprimidos não se reconhecem como oprimidos, como marginalizados precisam de auxílio para verem as possibilidades de saírem da situação em que se encontram. Os (as) educadores/educadoras sociais ajudam, preparam, auxiliam os seus educandos a integrarem-se na sociedade, a humanizarem-se e transformarem a sociedade em que vivem.

Os educandos aprendem junto com seus educadores sociais. Os (as) educadores/educadoras sociais são os profissionais que atuam com atenção, defesa e proteção às pessoas em situação de risco. Os (as) educadores/educadoras sociais possuem papéis de extrema importância para os seus educandos, nesse caso em situação de vulnerabilidade social, eles/elas através de seus projetos sociais, criação de vínculos, fazem com que os seus educandos sintam-se pertencentes à sociedade em que vivem, oferecendo oportunidades para que os educandos possam transformar a sua realidade e a sociedade.

No artigo de Milena da Silva Gorette e Marli de Fátima Rodrigues encontramos que “o Educador Social é considerado um intérprete da realidade social onde estão inseridos os sujeitos que precisam de sua intervenção, buscando assim, o bem-estar individual e dos grupos, organizações, comunidades e famílias” (GORETTE, RODRIGUES, 2017). Os (as) educadores/educadoras sociais precisam ter consciência do que será trabalhado com os seus educandos. Eles/elas precisam ter consciência do seu papel com os seus educandos, dependendo do papel de cada instituição social de acolhimento o papel dos (as) educadores/educadoras sociais são diferentes das outras instituições.

Os (as) educadores/educadoras sociais precisam conhecer os seus educandos, criar vínculos para aproximarem-se deles de forma que eles se sintam pertencentes ao seu espaço e possam confiar no seu educador/educadora social. Os papéis dos (as) educadores/educadoras sociais

não é algo fácil, não é simplesmente entrar numa sala, fazer seus projetos, ensinar algo se eles não conhecem os sujeitos com quem irão trabalhar.

Os (as) educadores/educadoras sociais precisam ser “humanos”, conhecerem os seus educandos, conhecerem a realidade em que está trabalhando para fazer os seus projetos e ajudar o seu educando a se sentir sujeito da realidade. No livro Educadores de Rua, Paulo Freire traz algumas propostas, ideias de como trabalhar com os educandos de forma que eles se sintam pertencentes à sociedade. Segundo Freire no livro Educadores de Rua: uma abordagem crítica, alternativas de atendimento aos meninos de rua

Colocar-se como pessoa, como agente, respeitando a individualidade da criança, seus valores e suas expectativas. Com autenticidade, e verdade, coerência. O importante é saber por quem estamos fazendo a opção e aliança. É o oprimido e não o opressor. Estamos do lado do menino, do explorado, do oprimido. Há uma identificação com os interesses das classes populares. (FREIRE, 1989, p. 13).

Os educadores/educadoras sociais precisam conhecer o público que se está trabalhando, no nosso caso as crianças vulneráveis. Essas crianças como já colocamos precisam de ajuda, auxílio de outros sujeitos para sair da situação de vulnerabilidade social em que encontram-se, é por isso que o papel, o trabalho dos (as) educadores/educadoras sociais são importantes para que seja possível o educando sair da situação de vulnerabilidade social em que se encontra. Essas crianças vulneráveis não reconhecem-se como um sujeito como um agente transformador da sociedade e os (as) educadores (as) sociais são fundamentais no processo de transformação da realidade de cada educando, mas é um processo em conjunto e contínuo. Essa transformação da realidade não é algo de imediato, é uma transformação constante que depende dos sujeitos que vivem nessas realidades.

Para que a transformação da realidade ocorra, o trabalho dos (as) educadores/educadoras sociais é aproximarem-se dos educandos, conhecer a realidade de cada um. “O educador social trabalha para promover o crescimento e o desenvolvimento dos sujeitos, independente do espaço no qual o indivíduo está inserido” (CONFERRI; NOGARO, 2010, p. 13).

Alguns aspectos são importantes para o trabalho dos (as) educadores/educadoras sociais com os sujeitos vulneráveis, eles/elas precisam primeiramente ter consciência de seu papel como educadores (as) sociais que é o de transformação da sociedade. Os (as) educadores/educadoras sociais

necessitam conhecerem os seus educandos, onde eles vivem, como é a sua realidade, sociedade, quem é o seu sujeito de trabalho para poder em conjunto com os educandos transformar a sua realidade. Os (as) educadores/educadoras sociais necessitam serem humanos, serem humanizadores, para poderem transformar o seu sujeito e a sua realidade e assim transformar a sociedade.

Os (as) educadores/educadoras sociais e o educando precisam se desenvolver, aprender juntos para diante disso desse trabalho em conjunto os (as) educadores/educadoras sociais nunca devem ser opressores que irão oprimir os educandos, os (as) educadores/educadoras sociais precisam como nos coloca Paulo Freire

É preciso ter cuidado para não invadir o mundo do menor, caso ele não queira ser abordado. Não ultrapassar o espaço vital do menino, que é real, sem que o menino queira, sem que ele permita. Seria violenta-lo. Esperar o “momento mágico” quando o menino se desarmar. Ter paciência histórica para iniciar o processo, para aguardar a plenitude desse momento- o momento em que ele descobre o “mistério existencial” desse menino. (FREIRE, 1989)

Se os (as) educadores/educadoras sociais for um opressor ele irá oprimir, será um opressor, um desumanizador e não um humanizador, um humano, se ele é um opressor, ele não escutará o seu educando, não dialogará com o seu educando e assim o controlará, se o educando for controlado ele não achará meios de sair da situação vulnerável que se encontra, não terá consciência que é um agente transformador da sociedade. Os (as) educadores/educadoras sociais precisam ter consciência, saber com quem estão trabalhando e para qual sociedade eles querem transformar o educando.

Se os (as) educadores/educadoras sociais são desumanizadores, são opressores, o educando em situação de vulnerabilidade pode agravar ainda mais a sua situação, ele pode não conseguir se transformar e transformar os seus sujeitos ao seu redor, transformar a sociedade. Arroyo nos coloca que

Paulo parece nos sugerir que nós formaremos educadores num duplo olhar, de um lado olhar para as manifestações múltiplas de humanização, de outro para o reconhecimento da desumanização como viabilidade e realidade histórica. (ARROYO, ano, p. 48).

O educando confia nos (as) educadores/educadoras sociais, ele ouve o que os (as) educadores/educadoras sociais colocam, auxilia, por isso que suas ações devem sempre estar voltadas para o social, para a transformação da sociedade, se ele oprime o oprimido, o oprimido também será o opressor e assim

não transformará a sua realidade, a sociedade. Os (as) educadores/educadoras sociais não trabalham somente com os sujeitos vulneráveis, eles trabalham diretamente com a família desse sujeito. “[...] Não se pode realizar-se no isolamento, no individualismo, mas na comunhão, na solidariedade dos existires” (FREIRE, 2004, p. 86). Por isso que os papéis e os trabalhos dos (as) educadores/educadoras sociais são importantes, pois eles/elas atuam diretamente com os seus educandos e todos os sujeitos que o cercam.

O/a Educador/Educadora Social precisa ter como princípio a transformação da realidade dos que dele o cercam, faz-se necessário o aproximar da criança ou adolescente que fora colocado em situação de risco por negligências dos adultos que deveriam os amparar. Esta não é uma função fácil e limitada a ser realizada, é preciso que ocorra um trabalho efetivo com os Educadores/Educadoras Sociais para que consigam desempenhar suas funções de modo que contribua, some a vida dos que estão em condições vulneráveis. (NETO & OLIVEIRA, 2016).

Para que o educando se reconheça como um sujeito, ele precisa ter consciência de quem ele é, como ele é o sujeito. Esse reconhecimento faz parte do trabalho dos (as) educadores/educadoras sociais com seus projetos, possibilitar para que o educando se reconheça como sujeito, ajudando com a autoestima de cada educando de forma que eles se sintam pertencentes a sua própria realidade. O educando precisa se reconhecer como um sujeito oprimido ou opressor da ou pela sociedade e esse reconhecimento é o estudo crítico das relações sociais que se estabelecem pela sociedade e qual o papel do sujeito perante essas relações sociais.

Se ele se reconhece como oprimido ou opressor pela e da sociedade, ele busca meios, possibilidades de como deixar de ser um oprimido, um opressor através do seu pensamento crítico e das possibilidades de mudança. Os (as) educadores/educadoras sociais são fundamentais do seu trabalho para apresentar as relações sociais para os seus educandos de forma a eles criarem a consciência crítica de suas relações sociais e assim mudar essas relações.

O educando precisa se reconhecer como um agente transformador da sua realidade e da sociedade, a partir do momento que o educando tem consciência da sua própria realidade e de que ele é um agente transformador da sociedade, em conjunto com todos os sujeitos que fazem parte da sua realidade, o educando consegue transformar a sua realidade e dos que o cercam. Os (as) educadores/educadoras sociais no seu trabalho com os sujeitos vulneráveis

possui como princípio transformar a realidade, a sociedade do seu educando e dos que o cercam, no seu trabalho ele auxilia para que os seus educandos se vejam como um agente transformador da sociedade, que depende só dele como sujeito para mudar a realidade em que o educando se encontra.

Levando em conta que o educando é um agente de transformação da sociedade que o cerca, ele em conjunto com os (as) educadores/educadoras sociais criam, buscam, descobrem meios de como transformar a sua realidade, mas essa procura de meios de como transformar a realidade não depende somente do educando, mas sim de tudo que o cerca, por isso o trabalho dos (as) educadores/educadoras sociais é importante para que o educando possa ter meios de sair da situação em que se encontra, esse trabalho dos educadores/educadoras sociais não é desvinculado da realidade de cada educando, para que o educando possa ter meios de transformar a sua realidade, o educador social precisa conhecer a realidade em que o aluno se encontra para juntos criarem meios, verem as possibilidades de saírem da situação em que se encontram.

Esses meios são diversos, podem ser os meios de auxílio que esses sujeitos recebem, o trabalho que eles desenvolvem, mas o educando precisa ter consciência em todos os seus atos. Todo esse trabalho que procura-se dos educandos é o trabalho dos (as) educadores/educadoras sociais, parte do trabalho deles/delas. O trabalho dos (as) educadores/educadoras sociais envolve diversos projetos, programas que eles desenvolvem, como programas de desenvolvimento e criação de vínculos, grupos de trabalhos diversos com os educandos, projetos com as famílias e com a sociedade que o educando se desenvolve, entre outros projetos que cada instituição desenvolve.

Como sabemos cada instituição possui objetivos e propostas diferentes umas das outras o que faz com que o modo de trabalho do educador social se diferencia com os seus educandos, mas os (as) educadores/educadoras sociais nunca podem esquecer do seu papel que é o de transformar a realidade, sociedade do seu educando.

Os sujeitos vulneráveis também estão nas escolas com os (as) professores (as) e esses professores (as) trabalham com os sujeitos vulneráveis e possuem um papel perante esses sujeitos. No próximo item trazemos como é

a relação do trabalho do (a) professor (a) com as crianças em situação de vulnerabilidade.

3.2 A relação do trabalho do professor (a) com crianças em situação de vulnerabilidade

Os (as) professores (as) estão diretamente envolvidos com a aprendizagem e transformação de cada educando e o seu trabalho, seu ofício é fundamental para que os seus educandos aprendam, se desenvolvam. Como vimos cada professor (a) possui um papel na escola, esse papel a ser desenvolvido depende do trabalho de cada professor (a). O (a) professor (a) é aquele que aprende, que ensina os seus conhecimentos, é um trabalho dialogado com os seus educandos. Como acreditamos que uma das possibilidades dos sujeitos vulneráveis saírem da situação de vulnerabilidade em que se encontram é a escola e para que o educando possa sair da situação em que se encontra o professor precisa ser um humanizador, visando a humanização e a transformação de cada educando.

Os processos escolares de ensino/aprendizagem são, em essência, processos interativos com três vértices: o aluno que está levando a cabo uma aprendizagem; o objeto ou objetos de conhecimento que constituem o conteúdo da aprendizagem; e o professor que age, isto é, que ensina, com a finalidade de favorecer a aprendizagem dos alunos. (COLL, 1994, p.103).

Esse papel dos (as) professores (as) são essenciais para as crianças que vivem em situação de vulnerabilidade social, pois eles muitas vezes, não possuem consciência de que são os oprimidos, os marginalizados. Eles apenas vão para a escola para se alimentar, para brincar e para aprender a ler e escrever fazer operações eles não têm consciência de que parte deles a transformação da realidade e os (as) professores (as) são aqueles que abrem as portas, que mostram os caminhos para os seus alunos, para que eles possam se conscientizar e mudar a realidade que os cercam.

Os (as) professores (as) que trabalham com crianças vulneráveis devem ser aqueles que sempre trazem a realidade do aluno na sala de aula, o conteúdo parte da realidade que a criança está inserida onde o aluno se torna protagonista se sinta importante seja autônomo nas decisões que o professor toma onde o professor é o mediador e observamos algumas práticas que o professor tem com seus alunos em situação de vulnerabilidade.

Educador e educando (liderança e massas), cointencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar este conhecimento. (FREIRE, 2019, p 77-78)

O ponto chave do trabalho do (a) professor (a) libertador, humanizador é o diálogo, onde os alunos aprendem com os (as) professores (as). Os (as) professores (as) precisam deixar que os alunos falem que eles participem. O diálogo é fundamental no processo de conscientização da realidade de transformação, pois se ficarmos omissos e ficarmos calados nada há de ser transformado, nada se transforma se ficamos omissos se não reagimos. Como Freire nos coloca

Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos{...} (FREIRE, 2019, p 95-96)

Desta forma que os dois os (as) professores (as) e alunos se educam juntos ocorre a transformação da realidade de cada aluno e assim eles se transformam, transformam a sua realidade e podem sair da condição de vulnerável em que se encontram. Os (as) professores (as) necessitam saber o que cada aluno traz, a história de cada aluno é essencial na hora do aluno aprender os conteúdos. Os (as) professores (as) precisam trabalhar os conteúdos com seus alunos de forma humana.

Os (as) professores (as) precisam ser humanos, necessitam ser um sujeito que auxilia os seus alunos, enxergar que eles são capazes de transformar sua realidade a partir da sua consciência de que eles são os oprimidos, a partir da consciência dos meios das possibilidades que nós temos de alterar a realidade um do outro. Esse trabalho é um trabalho sempre em conjunto com professores (as) e educandos, sempre devem trabalhar em conjunto uns com os outros porque assim que um educa o outro também é educado e educando um ao outro, professores (as) e alunos que é possível mudar a realidade que os cercam, esse é o verdadeiro papel do professor humanizador. Segundo Miguel Arroyo

Paulo Freire insistiu na dimensão humanizadora ou desumanizadora de toda relação pedagógica. O movimento de professores mostrou que toda prática educativa, docente, está orientada por um projeto de sociedade e de ser humano. (ARROYO, 2019, p. 81).

Os professores (as) podem humanizar ou desumanizar seus alunos, tudo ocorre em torno de sua prática. A criança vulnerável, que é oprimida marginalizada, precisa do auxílio do (a) professor (a) que está com ela, que irá auxiliá-la a transformar a sua realidade e dos que o cercam. No trabalho com crianças vulneráveis, infelizmente não encontramos somente o professor humanizador, encontramos também o professor bancário. Como já colocamos o professor bancário é aquele que trata o aluno somente como um objeto e não como um sujeito de sua aprendizagem. Se o aluno é tratado como um objeto ele não vê sentido, significado naquilo que está aprendendo, desenvolvendo.

Por isso é que esta educação, em que educadores e educandos se fazem sujeitos do seu processo, superando o intelectualismo alienante, superando o autoritarismo do educador “bancário”, supera também a falsa consciência do mundo. (FREIRE, 2019, p 105).

Na educação como prática da liberdade, da transformação da realidade de cada aluno e da sociedade que os cerca, esses alunos são sujeitos no seu processo de ensino e aprendizagem, eles enxergam sentido naquilo que estão aprendendo e desenvolvendo e assim que eles se tornam sujeitos de sua realidade, possuem consciência do que estão desenvolvendo, são capazes de transformar a sua realidade.

Aquela ação sistemática e fundamentada, de suporte, mediação e transferência que favorece especificamente o desenvolvimento da sociabilidade do sujeito ao longo de toda sua vida, circunstâncias e contextos, promovendo sua autonomia, integração e participação crítica, construtiva é transformadora no marco sociocultural que lhe rodeia, contando em primeiro lugar com os próprios recursos pessoais, tanto do educador quanto do sujeito e, em segundo lugar, mobilizando todos os recursos socioculturais necessários do entorno ou criando, finalmente, novas alternativas. (SERRANO, 2003).

Os (as) professores (as) nesse processo é um mediador da aprendizagem dos seus alunos, ele dialoga com os seus conhecimentos junto com os seus alunos e assim ambos se transformam e transformam a realidade que os cercam. Nas escolas encontramos os (as) professores (as), nas instituições sociais de acolhimento temos os (as) Educadores (as) Sociais, e esses profissionais trabalham com as crianças vulneráveis, mas os seus trabalhos podem ser diferentes ou semelhantes, tudo depende do papel do professor e do educador social com esses sujeitos vulneráveis.

3.3 Diferenças do trabalho do (a) professor (a) com o trabalho do (a) Educador/Educadora Social

A educação não ocorre somente nas escolas, ocorre em todos os lugares, a educação ocorre na sociedade com os sujeitos. Ao contrário do (a) professor (a) que trabalha na sala de aula em instituições escolares formais temos também os (as) educadores/educadoras sociais que são os profissionais que põem em prática a Educação Social, seus papéis de professor (a) e educadores/educadoras sociais se diferem no seu trabalho, mas para a sociedade os seus papéis assemelham-se que é o de humanizar, transformar a realidade.

Como observamos anteriormente sobre o papel do (a) professor (a) na escola e na sociedade temos também as instituições sociais onde temos o Educador (a) Social que possui um papel diferente do (a) professor (a). O papel do (a) professor (a) e dos (as) educadores (as) sociais são diferentes, mesmo sendo o mesmo público atendido, no nosso caso as crianças vulneráveis, o papel dos dois e o trabalho com essa criança são diferentes. “O educador social trabalha para promover o crescimento e o desenvolvimento dos sujeitos, independente do espaço no qual o indivíduo está inserido” (CONFERRI; NOGARO, 2010, p. 13). Já o professor trabalha as competências, habilidades, conteúdos de forma a desenvolver a socialização e humanização dos alunos.

[...] A Pedagogia Escolar tem uma história e é amplamente desenvolvida pela didática, ciência ensinada nas universidades. A Pedagogia Social se desenvolve dentro de instituições não formais de educação, é uma disciplina mais recente que a anterior. Nasce e se desenvolve de modo particular no século XIX como respostas às exigências da educação de crianças e adolescentes que vivem em condições de marginalidade e pobreza, de dificuldades na área social, em geral essas pessoas não frequentam ou não puderam frequentar as instituições formais de educação.[...].(PAIVA, in CALIMAM, 2006).

A Pedagogia Escolar se desenvolve dentro das escolas, onde os profissionais de educação que trabalham nas escolas ensinam conteúdos científicos, humanos de maneira a formar o aluno para uma determinada sociedade. A Pedagogia Social é diferente da Pedagogia Escolar. Essa Pedagogia “A Pedagogia Social se caracteriza principalmente por ter uma perspectiva pedagógica, educativa fincada no social.” (PAIVA, p. 29). A escola é diferente de uma instituição social assim como o (a) professor (a) é diferente dos (as) educadores/educadoras sociais. “A escola não se constitui no único

espaço de formação e informação do ser anti-homem” (PINEL, 2006). A educação ocorre na sociedade com os sujeitos que a ela pertencem nisso a

a escola que forma as novas gerações não é suficiente frente às demandas que emergem de uma sociedade globalizada. Estas pressupõem que a transmissão dos valores e a distribuição dos bens culturais sejam associadas às experiências de mobilidade e confrontação, o que só é possível na medida em que a escola se associe, em rede, a outras instituições. (ZUCCHETTI, 2010).

As escolas atendem diversos alunos, sujeitos e cada um possui sua história, sua realidade e a escola não consegue atender todas as demandas existentes dos alunos e as instituições sociais de acolhimento institucional surge como uma necessidade de atender as demandas desse público que a escola não consegue atender. “A escola sozinha não transforma a sociedade, mas pode contribuir para esta transformação”. (MOTA, ANO, P). A escola pode contribuir para a transformação da sociedade, mas depende das ajudas das instituições sociais que a tende os sujeitos para que essa transformação ocorra. Nessas instituições onde ocorre a Pedagogia Social temos um profissional que trabalha nessas Instituições sociais que é os (as) educadores/educadoras sociais.

De um modo geral, os educadores sociais atuam em espaços não escolares. No entanto, em parceria com escolas, acabariam por implementar atividades que poderiam influenciar no desenvolvimento dos estudantes de um modo geral. (MOTA, 2018.)

O trabalho dos(as) educadores (as) sociais surge então como uma necessidade da sociedade industrializada, enquanto nela se desenvolvem situações de risco e mal-estar social que se manifestam nas formas de pobreza, da marginalidade, do consumo de drogas, do abandono e da indiferença, as escolas não conseguem lidar com as demandas que esses sujeitos “trazem” para a sala de aula e as instituições em que ocorre a Educação Social se tornam fundamentais para que esses sujeitos se desenvolvam, se humanizem, se sintam sujeitos de sua realidade (PAIVA, 2011). A Educação Social é a ação/prática que envolve diversos sujeitos no seu processo.

A Educação Social busca assim como a Educação Escolar a humanização dos seus sujeitos, mas de uma maneira não de ensinar, desenvolver conteúdos e matérias, mas sim auxiliar para que o sujeito se reconheça como um sujeito que transforma a sua própria realidade e dos que o cercam.

A Pedagogia Social atua, portanto, como uma matriz disciplinar que, partindo do pressuposto que reconhece o potencial que a pluralidade teórico-metodológica representa para os processos de produção de conhecimento pedagógico e, conseqüentemente, no aperfeiçoamento dos sistemas conceituais e tecnológicos que suportam as ações profissionais de educadores em diversos cenários socioeducativos, se inscreve no âmbito geral da Pedagogia, cuja especialidade recai em reflexão e práticas que enfatizam o caráter social e socializador da formação humana. (RIBAS MACHADO; SEVERO; RODRIGUES 2014, p. 15)

Os (as) educadores/educadoras sociais trabalham juntos com os sujeitos no social de forma que esses sujeitos transformem a sua realidade, a sociedade e dos que os cercam. O trabalho dos (as) educadores/educadoras sociais são diferentes dos trabalhos dos (as) professores (as), mas esses trabalhos assemelham-se se eles/elas, educadores/educadoras sociais e professores (as) visarem a transformação do seu sujeito, da sua realidade e da sociedade que os cercam. A Educação Social ocorre nos espaços não escolares, mas pode ocorrer também na escola juntamente com a Pedagogia Escolar onde os (as) professores (as) trabalhem os conteúdos de forma a visar a transformação dos sujeitos, numa prática libertadora, aproximar os conteúdos a realidade de cada aluno onde eles se sintam como sujeitos e possam transformar a realidade. A Pedagogia é Social

Tal pedagogia é social porque supera o individualismo, o racionalismo e o essencialismo típicos da pedagogia tradicional, cujos discursos e práticas estão centrados na competência individual do aluno, no sucesso ou fracasso pessoal, na inteligência imanente ao sujeito, em metodologias verborrágicas de transmissão do saber erudito, na memorização acrítica de conteúdos previamente determinados, na dicotomia entre teoria e prática e entre razão e emoção, e na avaliação com vistas à classificação dos alunos e à determinação da quantidade de saber acumulado. (NETO & OLIVEIRA,

Como os autores (NETO & OLIVEIRA) nos colocam, a Pedagogia para ser Social, dentro ou fora da escola, a sua prática deve ser além da passagem dos conteúdos, além das avaliações, deve ser uma pedagogia pensada na transformação de cada indivíduo, da sua realidade e assim a transformação da sociedade como um todo. Se os (as) educadores/educadoras sociais e os (as) professores (as) trabalham vinculados com o social, de forma a aproximar a realidade do aluno, ver o aluno como um protagonista um agente transformador da sua realidade, o educando transforma a sua realidade e assim juntos transformam a sociedade que os cercam.

No próximo capítulo apresentamos uma análise feita das escolas municipais do município de Ponta Grossa de acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira que de acordo com a localização de cada escola identificamos as escolas que atendem crianças vulneráveis.

4. Escolas e instituições sociais que atendem crianças em situação de vulnerabilidade social

O campo de pesquisa analisado foi o trabalho dos (as) professores (as) das escolas e o trabalho dos (as) educadores (as) das instituições sociais que atendem educandos em situação de vulnerabilidade social, onde analisamos as escolas e as instituições de acordo com a localização de cada escola e instituição, conforme a Secretaria Municipal de Educação (SME) de Ponta Grossa, e com os sujeitos que são atendidos em cada instituição e escola, de acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (IDEB) de cada escola.

As escolas analisadas foram as escolas municipais do município de Ponta Grossa que atendem crianças do Ensino Fundamental I onde encontramos alunos vulneráveis. As instituições sociais analisadas foram as instituições sociais que atendem educandos vulneráveis que correspondem ao Ensino Fundamental I.

Segundo o IDEB analisado do ano de 2019 das escolas municipais que atendem o Ensino Fundamental I, fizemos um levantamento das escolas municipais que atendem o Ensino Fundamental I e de duas instituições sociais que atendem educandos vulneráveis. Essa análise foi uma análise documental onde analisamos o IDEB de cada escola, onde cada escola está localizada, qual público essas escolas atendem. Analisamos juntamente com as escolas algumas instituições sociais que atendem crianças vulneráveis e como é o trabalho desses profissionais das instituições sociais.

O método de pesquisa utilizado foi a pesquisa qualitativa com a copilação de dados em gotejamento relacionando, mapeando, analisando as escolas e instituição sociais onde a partir dos estágios que já realizei durante o Curso de Formação de Docentes e durante os estágios voluntários feitos nas instituições sociais com os projetos desenvolvidos pela UEPG, fizemos observações e análises referentes ao trabalho dos profissionais de educação das escolas municipais e dos(as) educadores(as) sociais das instituições sociais analisados.

4.1 Relações das escolas municipais que atendem crianças vulneráveis de acordo com o IDEB

O IDEB é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, utilizamos esse Índice para analisar e relacionar com as escolas que atendem crianças em situação de vulnerabilidade de acordo com o IDEB de cada escola. O IDEB foi criado para acompanhar a qualidade de educação de cada escola, onde a partir das avaliações do SAEB, Sistema de Avaliação da Educação Básica, temos uma nota que os alunos atingem nessas provas que juntamente com o censo escolar e o fluxo escolar de cada educando temos uma nota, uma média, um número que é posto no IDEB como forma de averiguar a qualidade de educação de cada escola, de cada município.

No texto O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados (CHIRINÉIA; BRANDÃO, ano? Pagina?) “O IDEB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, foi um mecanismo criado pelo INEP para ser um indicador sintético da educação brasileira, que leva em consideração resultados acadêmicos e fluxo escolar, obtidos por meio da Prova Brasil, do SAEB e do Censo Escolar”.

Os autores Chirinéia e Brandão colocam que o IDEB é um indicador sintético da educação brasileira, quando falamos em sintético estamos falando de números, metas, sem levar em conta o sujeito e o seu progresso nas provas, sem levar em consideração a escola, a sua gestão e o trabalho que cada escola desenvolve com os seus educandos.

Em relação ao fluxo escolar que também é levado em conta na hora de medirmos o IDEB de cada escola, esse fluxo seria as taxas de reprovação de cada educando, o abono dos educandos e o abandono dos educandos na escola de acordo com cada ano da Educação Básica. Fizemos um levantamento e analisamos as escolas do município que correspondem aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) de Ponta Grossa de acordo com o IDEB do ano de 2019 onde encontramos cada escola e o seu IDEB.

Para essa análise utilizamos o site do QEDu, onde temos o IDEB de todas as escolas separadas por município. Essa análise encontra-se em anexo.

A meta do IDEB para o ano de 2021 é de os municípios atingirem a nota 6,0, segundo o QEDu, o município de Ponta Grossa atingiu a média 6,0, mas como observamos na análise do IDEB das escolas municipais de Ponta Grossa, algumas escolas possuem o IDEB mais baixo do que o IDEB das outras escolas, mas nos perguntamos como que isso acontece se as provas do SAEB são sempre iguais para todos?

Cada escola possui uma dinâmica, uma realidade, um público diferente das outras e é por isso que a nota, a média do IDEB não é a mesma para todas as escolas, pois os sujeitos que temos nas escolas são diferentes uns dos outros, cada sujeito tem sua história, sua realidade.

[...] o tipo de gestão da escola, o clima organizacional e o sentimento de pertencimento dos professores são condições que favorecem a qualidade. Além dessas dimensões, evidenciou-se que a condição socioeconômica e cultural dos estudantes e de suas famílias também constitui fator determinante para a qualidade da educação. (CHIRINÉIA e BRANDÃO, 2015, p. 474).

Durante a análise do IDEB, relacionamos o local da escola e a realidade da comunidade escolar de acordo com a Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa, SME. Para essa análise selecionamos algumas escolas que possuem o IDEB abaixo da média e colocamos a localização de cada escola. Devido a privacidade de cada escola as escolas analisadas foram denominadas de escolas A, B, C, D, E, F, G.

TABELA II ESCOLAS QUE POSSUEM BAIXO IDEB E A SUA LOCALIZAÇÃO

Escola	IDEB	Localização
A	5,5	Rua Luiz Pereira Barreto, 310 Vila Leila Maria
B	4,7	Amauri de Arruda Moura 1280 Neves
C	5,9	Rua Foz do Iguacu, 168 Bonsucesso
D	5,9	Rua Osorio De Almeida Taques 45, Vila Estrela
E	5,9	Rua Pe Vitorio Maria Dall Acqua, 47 Jardim Pontagrossense

F	5,9	Avenida Lineu Martins Ribas, 320 Nc Santa Terezinha
G	5,9	Rua Ernesto Mazzardo, 175 Vila Romana

Fonte: feito pelos autores

A partir dessa análise observamos que essas escolas ficam mais afastadas da região central do município de Ponta Grossa e são nessas escolas que atendem crianças vulneráveis que a comunidade ao redor que a realidade é vulnerável, são essas escolas que o IDEB é mais baixo ou que a escola precisa melhorar o desempenho nas provas do SAEB para melhorar a média do IDEB. “[...] a qualidade é vista como objeto de medida de desempenho como eficiência do sistema de ensino e não como igualdade de resultados dos alunos matriculados nesse sistema” (FREITAS, 2007, p. 974). As escolas que atendem crianças vulneráveis, muitas vezes, abarcam as dificuldades sociais, econômicas que esses alunos possuem.

Algumas dessas escolas, que atendem esse público vulnerável, visam mais a formação humana, a humanização (FREIRE 2019) que uma simples nota numa prova do SAEB. Essas escolas veem que a qualidade da educação não está somente na nota que os seus alunos tiram nas provas e sim está no seu progresso na sua formação.

A partir das nossas análises, algumas escolas não enxergam os seus alunos como sujeitos de sua formação, esse aluno não é visto e na hora de realizar as provas do SAEB, os “culposos” por não atingir a meta do IDEB nessas escolas, são os alunos e não a escola e o professor. “É a família da criança que não apoia, é o aluno que não “quer” aprender, que é preguiçoso”.

Muitos gestores, professores falam isso, culpam o aluno, a realidade do aluno, mas não é somente isso que está influenciando as notas dos alunos, é tudo que influencia, tanto a realidade, os pais, o professor e a equipe gestora. Arroyo (2019) nos coloca que

É mais fácil questionar o sucesso ou o fracasso dos alunos no domínio de conteúdos e técnicas, de competências, do que o próprio mestre questionar a formação e o desenvolvimento humano dele próprio, porque será sempre uma autointerrogação. (ARROYO, 2019, p. 41).

Como nos descreve Arroyo, as escolas, os (as) professores (as), culpam os alunos no domínio de seus conteúdos, mas muitas vezes esses (as) professores (as) não refletem sobre a sua própria prática, sobre o porquê do seu

aluno não estar aprendendo, adquirindo os conteúdos. Não é o aluno que deve se adaptar à escola e sim a escola buscar meios possibilidades de se adaptar aos alunos.

[...] os testes padronizados são instrumentos necessários, mas insuficientes para avaliar a melhora da qualidade da educação, principalmente os testes como SAEB e o Enem, adotados pelas políticas públicas, pois possuem um caráter restrito de avaliação. É importante considerar, nesse processo, não só os insumos, mas também outros indicadores como a cultura organizacional da escola, as práticas e as relações entre professores e alunos. (CHIRINÉIA & BRANDÃO in CARLOS, 2009, p. 34)

É a visão de cada professor de cada escola para com os seus alunos. O (a) professor (a) não pode deixar de lado os conteúdos científicos, mas depende da maneira que cada professor(a) trabalha esses conteúdos científicos, se o(a) professor(a) irá somente, como nos coloca Freire(2019) “depositar” esses conteúdos e o aluno aprendeu, ou se o professor irá ensinar esses conteúdos de diversas formas, de forma que, como nos coloca Freire (2019), o aluno possa se sentir sujeito da sua própria aprendizagem e a partir do trabalho do(a) professor(a) ele possa transformar a sua realidade.

Após a identificação das escolas que atendem os sujeitos vulneráveis segundo o IDEB de cada escola, identificamos também os sujeitos vulneráveis que frequentam essas escolas. Os sujeitos vulneráveis são aqueles que vivem geralmente em situações socioeconômicas precárias, em situações de riscos e esses sujeitos estão nas escolas. Diante disso foram realizados, antes do período pandêmico, observações em duas escolas que atendem sujeitos vulneráveis de 5 a 10 anos correspondente ao Ensino Fundamental I.

Foram observadas duas escolas municipais do município de Ponta Grossa que atendem as crianças vulneráveis. As turmas observadas foram o 3º ano e o 4º ano do Ensino Fundamental I onde observamos os (as) professores (as) e os alunos. Nessas observações deparei-me com dois tipos de professores, o (a) professor (a) bancário e o (a) professor (a) humanizador, libertador. Esses professores, o bancário e o libertador, humanizador, trabalhavam com os mesmos sujeitos, os sujeitos vulneráveis, mas de formas diferentes e em escolas diferentes.

4.2 Observação e análise de uma prática bancária em uma escola que atendem sujeitos vulneráveis

A primeira escola analisada foi uma escola municipal do município de Ponta Grossa que atende sujeitos vulneráveis. Foi observada durante 20 horas uma turma de 4º ano que atendia crianças de 7 a 8 anos de idade, durante as observações vimos que todas as crianças atendidas eram crianças que viviam em extrema situação de vulnerabilidade social, que só frequentavam a escola para a alimentação e por que eram obrigadas a frequentar a escola.

As crianças não se viam como sujeitos transformadores da sua realidade. Elas tinham uma obrigação de ir para a escola, não era algo prazeroso para elas ir para a escola e pelas minhas observações na sala de aula observei o trabalho de um/uma professor (a) com as crianças vulneráveis e foram feitas as seguintes observações nessa turma:

- 1- O (a) professor (a) era apenas um depositador de conteúdo, os alunos receptores.
- 2- O (a) professor (a) passava os conteúdos a serem trabalhados que estavam no livro didático e os alunos copiavam;
- 3- O (a) professor (a) falava, os alunos calavam-se;
- 4- O (a) professor (a) educava-se sozinho, os alunos não aprendiam e não eram educados;
- 5- O (a) professor (a) não se aproximava da realidade dos seus alunos, a realidade era algo inexistente para eles.

Fonte: realizado pelos autores.

Nessa turma observamos uma prática da educação bancária, na educação bancária o aluno não é visto como um sujeito, um protagonista da sua aprendizagem, o (a) professor (a) não dialoga com os alunos e assim eles não se educam juntos. Na educação bancária o professor é o que possui o conhecimento e o aluno não tem conhecimento, o (a) professor (a) nessa turma colocava-se como o detentor de todo conhecimento e os alunos ficavam calados como objetos passivos onde era depositado todo o conhecimento do (a) professor (a) no aluno.

Quando essa educação bancária ocorre os alunos não veem significado naquilo que eles estão fazendo, aprendendo. A aprendizagem não tem significado para eles, eles não conseguem aproximar o que aprendem com a sua realidade, não possuem consciência do que estão fazendo. Nessa prática de

educação bancária alguns alunos são excluídos, são oprimidos, o professor é um opressor.

Quando o professor torna-se um opressor, porque um professor bancário acaba oprimindo os sujeitos, os alunos não transformarão a sua realidade e continuam na situação de vulnerabilidade social em que se encontram.

Essa escola possuía um IDEB a baixo da media, 5,9, e essa nota no IDEB está relacionada com a aprendizagem dos alunos e como essa aprendizagem ocorre. No momento em que os alunos não aprendem, não veem significado naquilo que estão aprendendo e assim não possuem consciência das avaliações que realizam para o IDEB e se não possuem não veem significado naquilo que aprendem, as avaliações não significam nada para esses alunos e assim a escola continua da mesma maneira que se encontra. A educação bancária como nos coloca Paulo Freire, desumaniza os sujeitos ao invés de humanizar.

Uma maneira da aprendizagem ser significativa para os alunos é a educação como prática libertadora a qual observamos em uma outra escola que também atendem sujeitos vulneráveis.

4.3 Observação e análise de uma prática libertadora em uma escola que atendem sujeitos vulneráveis

A segunda escola analisada foi uma escola municipal do município de Ponta Grossa que atendem crianças de 5 a 10 anos de idade correspondentes aos anos iniciais do Ensino Fundamental I. Essa escola atende sujeitos que vivem em situações de vulnerabilidade social. A turma foi observada por 56 horas e foi um 3º ano que atendia crianças de 6 e 7 anos de idade, essas crianças adoravam ir para a escola, não frequentavam a escola somente para a alimentação eles iam para a escola para aprenderem os conteúdos que eram ensinados de forma significativa para eles. Nessa escola observamos um trabalho diferenciado do (a) professor (a). Observamos as seguintes ações do (a) professor (a) com as crianças vulneráveis:

- 1- O (a) professor (a) trabalhava os conteúdos de forma dialogada com os alunos, eles participavam;
- 2- O (a) professor (a) é um mediador da aprendizagem, o aluno era o protagonista;
- 3- O (a) professor (a) conversa com os alunos, os alunos sentem-se pertencente a aprendizagem;

- | |
|--|
| <p>4- O (a) professor (a) se educa junto com os alunos;</p> <p>5- O (a) professor (a) conhece a realidade de cada aluno e aproxima-se da realidade que os alunos faziam parte.</p> |
|--|

Fonte: realizado pelos autores.

Nesse 3º ano observamos a prática da educação libertadora no trabalho com as crianças vulneráveis, essa educação é ao contrário da educação bancária onde o aluno é um protagonista da sua aprendizagem, é o sujeito do seu próprio conhecimento, eles, professores e alunos, aprendem juntos, se educam juntos. Na educação libertadora o (a) professor (a) é um mediador, um facilitador da aprendizagem onde um aprende com o outro e ambos se educam.

Assim que a educação libertadora é posta em prática os alunos passam a ver a aprendizagem como algo significativo, a aprendizagem só é significativa para o aluno se ele possui consciência do que está aprendendo e essa consciência é a partir da realidade de cada aluno. O (a) professor (a) precisa trazer nos conteúdos a realidade de cada aluno, aproximar a realidade dos alunos com as suas aprendizagens. Na prática da educação libertadora o professor é um libertador que liberta os seus alunos. A aprendizagem torna-se significativa para os alunos e eles podem a partir da sua aprendizagem alterar a sua realidade e dos que o cercam.

A nota do IDEB da escola é de 6,4, essa nota está acima da média do IDEB do ano de 2019 que é 6. Isso nos prova que com a educação libertadora posta em prática, onde a aprendizagem é significativa para os alunos as notas das avaliações podem melhorar, pois eles veem significado no que estão desenvolvendo e a partir dessa prática da educação libertadora o sujeito possui consciência e pode sair da situação de vulnerabilidade em que se encontra se transformando e transformando todos que o cercam.

2.4 Observação e análise de uma instituição social que atende sujeitos vulneráveis.

Esses sujeitos vulneráveis que estão nas escolas também encontramos nas instituições sociais de acolhimento institucional. Esses sujeitos frequentam essas instituições sociais de acolhimento institucional devido as condições socioeconômicas, encaminhados pela justiça e em situações de risco. Realizei uma observação, antes do período pandêmico, numa instituição social de

acolhimento institucional para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Nessa instituição tive a oportunidade de observar e atuar em projetos nos grupos de adolescentes de 13 a 15 anos e nos grupos de crianças de 8 a 12 anos de idade.

Na instituição social observei de perto o trabalho dos (as) educadores/Educadoras sociais com as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. O trabalho dos (as) educadores/educadoras sociais são diferentes do trabalho do professor. Observei vários projetos e ações que os (as) educadores/educadoras sociais desenvolvem com os seus educandos em situações de vulnerabilidade social.

Nessa instituição os (as) educadores/educadoras sociais desenvolvem projetos sociais de fortalecimentos de vínculos com os educandos e suas famílias. Observamos projetos de socialização, brincadeiras, jogos, todos os projetos sociais eram desenvolvidos com o objetivo de socializar, integrar esses sujeitos à sociedade. Nessa instituição os sujeitos vulneráveis são vistos e ouvidos, os (as) educadores/educadoras sociais aproximam-se da realidade desse sujeito, conhece a história de cada um dos seus educandos, os projetos são desenvolvidos em conjunto com os educandos. Na instituição foram observadas as seguintes ações com os educandos:

- 1- O (a) Educador/Educadora Social realiza os projetos em conjunto com os educandos de forma que eles se sintam pertencentes ao trabalho que estava sendo realizado;
- 2- O (a) Educador/Educadora é um mediador, ele auxilia os educandos nos projetos existentes;
- 3- O diálogo é o principal método utilizado com os educandos;
- 4- O (a) Educador/Educadora Social aprende, educa-se na sua prática junto com os educandos;
- 5- O (a) Educador/Educadora Social busca aproximar-se da realidade de cada educando, conhecer cada um e partir da realidade, daquilo que o educando conhece.

Fonte: realizado pelos autores.

Os projetos sociais desenvolvidos eram projetos que visavam a socialização, a autoestima, o autoconhecimento, o respeito de cada um. Como já colocamos os sujeitos vulneráveis que frequentam essa instituição social são sujeitos encaminhados pela justiça, sujeitos que vivem de forma econômica precária, são sujeitos que são oprimidos, marginalizados pela sociedade, por esses sujeitos serem os oprimidos, sujeitos a riscos e vulneráveis muitos deles

não se viam como agentes transformadores da sociedade e frequentavam a instituição social para transformarem-se, para se auto reconhecerem como agentes transformadores da sua realidade.

Com o trabalho dos (as) educadores/educadoras sociais esses sujeitos são capazes de reconhecerem-se como sujeitos oprimidos, eles são reintegrados à sociedade, humanizam-se uns aos outros, podem transformar a sua realidade e dos que assim e assim transformar a realidade. Nessa instituição o trabalho dos (as) educadores/educadoras sociais é a transformação da realidade de cada educando, esse deveria ser papel de todas as instituições sociais que acolhem os sujeitos.

Considerações finais

Concluo esse trabalho afirmando que a vulnerabilidade social é algo existente na nossa sociedade, que os sujeitos vulneráveis estão entre nós, esses sujeitos vulneráveis frequentam as escolas e muitos deles frequentam as instituições sociais de acolhimento educacional devido as condições socioeconômicas e sociais que eles possuem. Nas escolas temos os (as) professores (as) e esses sujeitos vulneráveis estão com os (as) professores, esses sujeitos não são vistos nem ouvidos, são inexistentes para algumas pessoas, passam despercebidos pela sociedade.

Consideramos que o sujeito vulnerável é aquele sujeito oprimido, marginalizado, que antes não eram do meu conhecimento. A partir desse trabalho conheci esses sujeitos vulneráveis que são existentes e que estão com os (as) professores (as) e os (as) educadores/educadoras sociais. O (a) professor (a) está na escola, os sujeitos vulneráveis estão com esses professores e o seu trabalho deve ser além do trabalho bancário, que encontramos na maioria das escolas, o (a) professor (a) precisa ter consciência do seu papel com os seus alunos que é o de humanização, transformação, assim como o papel dos (as) educadores/educadoras sociais que é o da transformação da realidade dos educandos.

Como acreditamos que os sujeitos vulneráveis podem sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram e umas das possibilidades dos sujeitos vulneráveis saírem dessa situação vulnerável são as escolas e instituições sociais o papel da escola deve ser além de ensinar os conteúdos e sim o de transformar a realidade de cada sujeito, assim como o papel das instituições deve ser além do de controlar, moldar os sujeitos. O papel da instituição social é o de humanizar, socializar os sujeitos.

Observamos nas escolas a prática da educação bancária e da educação libertadora. A educação bancária é aquela que não considera o aluno como um sujeito de sua aprendizagem, ele é só um objeto passivo e o (a) professor (a) é um detentor do conhecimento que é depositado no aluno. Assim o aluno continua sendo um oprimido pela sociedade e não pode transformara a sua realidade.

O trabalho do (a) professor (a) é fundamental para os seus alunos, compreendemos que a escola e a instituição social podem ser as possibilidades dos sujeitos saírem da condição de vulnerável em que encontram-se, mas essa

educação deve ser uma educação transformadora, visando a transformação de cada sujeito. O (a) professor (a) para auxiliar na transformação dos seus alunos precisa:

- 1- Ter consciência do seu papel de transformação, como professor (a) com os seus alunos;
- 2- Conhecer a realidade de cada aluno;
- 3- Ser humano- matéria de humanização;
- 4- Empático- colocar-se no lugar do outro;
- 5- Respeitoso com todos os sujeitos do seu trabalho;
- 6- Buscar em conjunto com os sujeitos meios de transformar a realidade de cada sujeito;

O papel do (a) professor (a) com os sujeitos vulneráveis, deve ser aquele que enxerga os sujeitos como sujeitos, que dialoga com os sujeitos da aprendizagem, o professor educa-se, aprende junto com os sujeitos do seu trabalho. Se o professor trabalhar os conteúdos com os seus alunos de forma a se aproximar da realidade de cada um, trabalhar de forma dialogada com os sujeitos, eles podem transformar a sua realidade e dos que o cercam.

Vimos a partir das observações nas escolas que isso é possível, é possível a transformação da realidade de cada sujeito, assim que o (a) professor (a) coloque em prática a educação como prática da liberdade para que ela ocorra. Compreendemos que os (as) educadores/educadoras sociais são diferentes do (a) professor (a), pois ele atua em espaços que ocorre a educação não formal, enquanto o professor atua nas instituições escolares.

O trabalho dos (as) educadores/educadoras sociais também é com os sujeitos vulneráveis, mas eles/elas não ensinam conteúdos, eles/elas são aqueles que irão atuar na realidade de cada educando de forma a transformá-la para isso o (a) Educador/Educadora Social precisa:

- 1- Conhecer a realidade de cada educando;
- 2- Ser consciente do seu papel como Educador/Educadora Social;
- 3- Ser um humanizador, transformador;
- 4- Ter empatia e respeito pelos seus educandos;
- 5- Criador de vínculos com os educandos;
- 6- Buscar em conjunto com os sujeitos meios de transformar a realidade de cada sujeito;

7- Conhecimento.

Os (as) educadores/educadoras sociais são aqueles agentes transformadores da realidade de cada educando, os educandos estão com eles no seu trabalho. A escola sozinha assim como a instituição social de acolhimento institucional não consegue transformar a realidade de cada sujeito, esse é um trabalho de transformação que depende de todos os sujeitos e o (a) professor (a) e os (as) educadores/educadoras sociais são os que abrem as possibilidades para que essa transformação ocorra.

A escola e as instituições de acolhimento são a esperança para esses sujeitos vulneráveis poderem sair da situação que se encontram e eu acredito nisso no papel do (a) professor (a) na escola com esses sujeitos vulneráveis, no papel dos (as) educadores/educadoras sociais com esses sujeitos vulneráveis, o (a) professor (a) precisa ser um transformador, apesar das dificuldades encontradas no caminho o (a) professor (a) pode ser um humanizador, transformador a partir de sua prática, do seu trabalho.

O papel dos (as) educador/educadoras sociais são importantes para os sujeitos saírem da situação de vulnerabilidade em que encontram-se. Com o trabalho dos (as) educadores/educadoras sociais para a transformação da realidade o sujeito:

1. Se reconhece como um sujeito;
2. Tem consciência que é um oprimido ou opressor pela e da sociedade;
3. Critica de forma consciente a realidade que ele está inserido;
4. Tem consciência do seu papel na sua realidade e sociedade;
5. Busca, procura meios de transformar a realidade que o cerca;
6. Se reconhece como um agente transformador da realidade e assim como consequência um transformador da sociedade.

Podemos concluir esse trabalho que os sujeitos vulneráveis existem, eles estão entre nós, estão nas escolas, na rua, na sociedade, nas instituições sociais. Esses sujeitos precisam ser vistos e ouvidos por todos na nossa sociedade, eles fazem parte da nossa sociedade e apesar das suas condições de vulnerabilidade eles são capazes de transformar a sua realidade, mas não é possível transformar a realidade sozinho se eles nem mesmo auto reconhece-se como sujeito.

O papel das escolas, das instituições para esses sujeitos vulneráveis, para eles se verem capazes de transformar a sua realidade, assim que se reconhecerem como sujeitos e forem reconhecidos por nós, como sujeitos capazes de transformar a sua realidade.

REFERENCIAS

ARROYO, M. G. **Ofício de Mestre: imagens e autoimagens**. 15. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente** (1990). Disponível em: [estatutoda-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf](#). Acesso em 02 de out. de 2021.

BRASIL, **Ministério da Cidadania** (2019). Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/aceso_informacao/institucional/2021/historico-PE/20200204_SUM%C3%81RIO_planejamentoestrategico_online%20\(1\).pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/aceso_informacao/institucional/2021/historico-PE/20200204_SUM%C3%81RIO_planejamentoestrategico_online%20(1).pdf). Acesso em 02 de out de 2021.

BRASIL, Ministério Nacional da Saúde. (1996). RESOLUÇÃO Nº 196, DE 10 DE OUTUBRO DE 1996. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html. Acesso em:

De out. de 2021.

BRASIL, Constituição da República Federativa do (1988). Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/Constituicoes_declaracao.pdf. Acesso em 02 de out. 2021.

BRANDÃO, C. da F.; CHIRINÉIA, A. M. **O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade**: em busca de significados. Ensaio: Rio de Janeiro, v. 23, n. 87, p. 461-484, abr./jun. 2015.

BUENO, F. da S. (Coord). **Minidicionário da língua português**. 2. ed. São Paulo: FTD, 2007.

COLL, César. **Aprendizagem Escolar e Construção do Conhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 1994.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. In: **Caderno de Saúde Pública**. 34 (3). Nov-dez 2018. Disponível em: <https://vulnerabilidade-social.pdf>. Acesso em 02 de out. de 2021.

COLL, César. **Aprendizagem Escolar e Construção do Conhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 1994.

COSTA, Evyla da Silva. **Vulnerabilidade social no contexto escolar**: implicações no desempenho e aprendizagem. In IV Congresso Nacional de Educação. Disponível em www.conedu.com.br. Acesso em 25 de nov. de 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 69. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

_____. **Educadores de Rua: uma abordagem crítica, alternativas de atendimento aos meninos de rua**. 1. ed. Colômbia: Unicef, 1989.

_____. **Política e Educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Coleção Questões de Nossa Época; Cortez. 2001.v.23.

FERREIRA, Marlene de Cássia Trivellato; MARTURANO, Edna Maria. **Ambiente familiar e os problemas do comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar. Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 35-44, 2002.

GOHN, Maria da Gloria. **Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social**. v. 1, n. 1, p. 28-43, Rio de Janeiro, 2009.

GORETTE, M. S.; RODRIGUES, M. F. **A Pedagogia Social e a Educação Social Frente às Demandas de Atuação do Pedagogo**. In: CADERNO DE PESQUISA: PENSAMENTO EDUCACIONAL, 30., 2017, Curitiba. p. 203-218. v.12. Disponível em:

HILLESHEIM, Betina; CRUZ, Lílian Rodrigues da. **Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações**. In: Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul. p.192-199. v.20, 2008.

LOUREIRO, Caroline; KRAEMER, Graciele; LOPES, Maura Corcini. **Competências e direitos de aprendizagem: protagonismo e vulnerabilidade**.

MACHADO, Érico Ribas. **O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua- MNMMR Como Origem dos(as) Educadores- Educadoras Sociais Brasileiros(as)**. In: CADERNOS DE PESQUISA: PENSAMENTO EDUCACIONAL, 30. 2017, Curitiba. p. 21-38. v.12. Disponível em: [UTP - Universidade Tuiuti do Paraná - A UTP - Universidade Tuiuti do Paraná - oferece cursos de graduação presencial, especialização, mestrado, doutorado e extensão, em 4 campi em Curitiba. Acesso em 5 de nov. de 2021.](#)

MULLER, Verônica Regina (org.). **Crianças dos países de língua portuguesa: histórias, culturas e direitos**. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2011. 275 p. Resenha de: AREND, Sílvia Maria Favero. **Uma história dos direitos da criança nos países lusófonos. Estudos Históricos**, v.25 n.50 Rio de Janeiro July/Dec. 2012.

NETO, João Colares na Mota; OLIVEIRA, Ivanil de Apoluceno. Contribuições da educação social popular à pedagogia social. In: e-mosaico.

NOVOA, Antônio. (Orgs) Os professores: um “novo” objeto da investigação educacional?. In: **Coleção ciências da educação**, 2 ed. Porto Editora. Porto Portugal.

OLIVEIRA, José Izeccias. **Vulnerabilidades e superação da desigualdade educacional no Brasil: Goiás em análise**. 2015. vi. 244 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de PósGraduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

OLIVEIRA, João Ferreira de. A função social da educação e da escola pública: tensões, desafios e perspectivas. In: FERREIRA, Elza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (Orgs). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

PAIVA, Jaciara Silva de. **Compreendendo as vivências e experiências produzidas na educação social de rua: desvelamentos pertinentes ao educador social de rua**. Vitória, 2011.

Pereira, E. C., & Souza, M. R. (2006). Interface entre risco e população [Texto completo]. In **Associação Brasileira de Estudos Populacionais** (Ed.), Textos completos de comunicações científicas, XV Encontro de Estudos Populacionais. Caxambu, MG: ABEP. Retrieved April 23, disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_592.pdf, 2007. Acesso em 26 de nov. de 2021.

SCHIMIDT, L. M. A Desconhecida Dinâmica da Escola. In: RIBAS, M. H. (Orgs). **Formação de professores: Escolas práticas e saberes**. Ponta Grossa: ED. UEPG, 2005.

SOPELSA, Ortelina. **Dificuldades de Aprendizagem: respostas em um atelier pedagógico**. 2 ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

SERRANO, Gloria. **Pedagogía Social-Educación Social**. Construcción Científica e Intervención Práctica. Madrid: Narcea, 2003.

SILVA, Algéria Varela. **Vulnerabilidade Social e suas Consequências: O Contexto Educacional da Juventude na Região Metropolitana de Natal**. In: Encontro de Ciências Sociais do Norte Nordeste, 2007. Maceió. Disponível em www.cchla.ufrn.br/rmnatal/artigo/artigo16.pdf Acesso em: 21 de jul de 2021.

SOPELSA, Ortelina. **Dificuldades de Aprendizagem: respostas em um atelier pedagógico.** 2 ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

SPINK, M. J. P. **Trópicos do discurso sobre risco: Risco aventura como metáfora na modernidade tardia.** Cadernos de Saúde Pública, 17(6), 1277- 1311, 2001.

ANEXO

TABELA 1 ESCOLAS MUNICIPAIS DE PONTA GROSSA E O SEU IDEB

Escola	IDEB	Alerta/atenção/manter/melhorar
Profª Adelaide Thomé Chamma	7,7	Manter
Adelino Teixeira de Oliveira	5,5	Alerta
Profa Agenoridas Stadler	6,7	Manter
Alda dos S Rebonato	7,3	Manter
Aldo Bonde	4,7	Atenção
Prefeito Amadeu Puppi E M Doutor	6,6	Manter
Ana de B Holzmann	6,6	Melhorar
Prof Aristeu Costa Pinto	6,8	Manter
Armida Frare Gracia	0,0	Sem dados
Braulina C Quadros	7,2	Melhorar
Escola Municipal Dr. Carlos Ribeiro de Macedo	6,7	Manter
Catarina Miro	7,2	Manter
Claudio G Guimaraes	6,8	Manter
Claudio Mascarenhas	7,3	Atenção
Cyrillo Domingos Ricci	7,9	Manter
Cyro Martins	6,5	Melhorar
Deodoro Alves Quintiliano	6,0	Atenção
Prof Dercia do Carmo Noviski	6,1	Atenção
Djalma de Almeida Cesar	7,4	Manter

Eclea dos P Horn	6,5	Atenção
Edgar Sponholz	5,8	Melhorar
Egdar Zanoni	5,6	Melhorar
Elias Zulian	7,1	Melhorar
Eloy Avrechack	0,0	Sem dados
Dr Elyseu de Campos Mello	6,2	Melhorar
Prefeito Ernesto Guimarães Vilela	6,5	Manter
Eurico Batista Rosas	6,2	Melhorar
Professor Faris Antonio Michaele	5,5	Atenção
Felicio Francisquiny	7,3	Melhorar
Fioravante Saviero	0,0	Sem dados
Flávio Carvalho Guimarães	6,8	Manter
Frederico Constant Degraf	6,9	Manter
Fulton Vital de Macedo	6,6	Manter
Guaracy Parana Vieira	6,4	Manter
Guilherme H Bauer	0,0	Sem dados
Guitil Federmann	0,0	Sem dados
Haydee Ferreira Oliveira	6,6	Atenção
Heitor Ditzel	6,9	Manter
Humberto Cordeiro	7,4	Manter
Idalia Goes	6,6	Melhorar
Ivon Zardo	6,8	Manter
João Maria Cruz	7,1	Manter
Jorge Dechandt	6,6	Melhorar

Pref José Bonifácio Guimarães Vilela	6,8	Manter
Jose Bugatti	7,3	Manter
Jose Hoffmann	8,2	Manter
Jose Pinto Rosas	5,9	Alerta
Judith Macedo Silveira	7,0	Manter
Kamal Tebcherani	6,5	Manter
Kazuko Inoue	6,4	Melhorar
Lagoa Dourada	0,0	Sem dados
Dr Leopoldo Pinto Rosas	6,3	Manter
Prof Loise Foltran Lara	5,9	Alerta
Ludovico Antonio Egg	7,6	Manter
Major Manoel Vicente Bittencourt	7,4	Manter
Maria Antônia Andrade	6,9	Melhorar
Maria Coutin Riesemberg	5,9	Alerta
Maria e J Schimidt	6,9	Manter
Maria Eulina S Scheena	6,8	Melhorar
Maria I Pereira	7,0	Manter
Maria V B Ramos	6,3	Manter
Mario Braga Ramos	7,3	Manter
Marta Filipkowski de Lima	6,3	Manter
Prof Minervina França Scudlareck	0,0	Sem dados
Nelson Pereira Jorge	6,0	Atenção
Orival C Martins	7,0	Melhorar
Osni Vilaca Mongruel	5,9	Alerta
Otacilia H Oliveira	7,0	Atenção

Othon Mader	6,6	Manter
Pascoalino Provisiero	7,2	Manter
Paulo Grott	6,7	Melhorar
Placido Cardon	6,3	Melhorar
Plauto Miro Guimaraes	7,1	Melhorar
Protazio Scheifer	5,9	Alerta
Dr Raul Pinheiro Machado	6,9	Melhorar
Rubens e Furstenberger	6,4	Melhorar
Ruth Holzmann Ribas	6,6	Atenção
São Jorge	7,2	Manter
Prof Sebastião dos Santos Silva	6,4	Melhorar
Prof Shirley Aggi Moura	6,8	Manter
Prof Theodoro Batista Rosas	6,7	Manter
Prof Thereza Cristina Pusch	0,0	Sem dados
Walter Elias	0,0	Sem dados
Zahira Catta Preta Mello	6,0	Melhorar
Prof Zair Santos Nascimento	6,1	Melhorar
Zanoni Rogoski	6,0	Atenção
Zeneida F Schnirmann	7,2	Manter
Zila B Bach	7,2	Manter

Fonte: dados retirados do www.qedu.org.br